

SECRETARIA DA FAZENDA • GOVERNO DA BAHIA

# PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL SIMPLIFICADA

## 2020



# PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL SIMPLIFICADA

# 2020

# SUMÁRIO

Capítulo 1  
**O que é a Prestação de Contas Anual?** / pág. 06

Capítulo 2  
**Os tributos e o gasto público** / pág. 08

**Capítulo 3**  
**Como é dividido o Relatório de Prestação de Contas?** / pág. 12

## GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Capítulo 4  
**O que é o orçamento público?** / pág. 14

Capítulo 5  
**O que são receitas orçamentárias?** / pág. 16

Capítulo 6  
**O que são despesas orçamentárias?** / pág. 20

Capítulo 7  
**Como se dá a classificação funcional da despesa orçamentária?** / pág. 24

Capítulo 8  
**O que é o Balanço Orçamentário?** / pág. 30

Capítulo 9  
**Como se dá a análise do Balanço Orçamentário?** / pág. 32

## GESTÃO FINANCEIRA

Capítulo 10  
**O que é o Balanço Financeiro?** / pág. 36

Capítulo 11  
**O que é Demonstração dos Fluxos de Caixa?** / pág. 40

## GESTÃO PATRIMONIAL

Capítulo 12  
**O que é o Balanço Patrimonial?** / pág. 46

Capítulo 13  
**Como é dividido o Balanço Patrimonial?** / pág. 48

Capítulo 14  
**O que é a Demonstração das Variações Patrimoniais?** / pág. 56

Capítulo 15  
**Como é dividida a Demonstração das Variações Patrimoniais?** / pág. 58

Capítulo 16  
**De que forma o resultado das Variações Patrimoniais afeta o Balanço Patrimonial?** / pág. 62

Capítulo 17  
**O que é a provisão matemática previdenciária?** / pág. 66

## GESTÃO FISCAL

Capítulo 18  
**Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF** / pág. 68

Capítulo 19  
**O que é a dívida pública?** / pág. 72

## GESTÃO ECONÔMICA

Capítulo 20  
**O que é Balanço Econômico?** / pág. 76

Capítulo 21  
**As concessões de serviços públicos, as Parcerias Público-Privadas (PPP) e os consórcios públicos** / pág. 82

Capítulo 22  
**Pandemia Covid-19 – aspectos legais, econômicos, financeiros e fiscais** / pág. 92

# O QUE É A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL?

Fazer a Prestação de Contas Anual é um dever de todo administrador público e norma elementar de conduta de quem quer que utilize os recursos públicos, conforme definido no Artigo 70, parágrafo único da Constituição Federal:

*“Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos (...).”*

A edição e publicação do Relatório da Prestação de Contas em sua versão simplificada tem o objetivo de atender ao que dispõe o Art. 48, da Lei Complementar 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

*“Art. 48. São instrumentos de transparência da gestão fiscal, aos quais será dada ampla divulgação, inclusive em meios eletrônicos de acesso público: os planos, orçamentos e leis de diretrizes orçamentárias; as prestações de contas e o respectivo parecer prévio; o Relatório Resumido da Execução Orçamentária e o Relatório de Gestão Fiscal; e as versões simplificadas desses documentos.”*

Por meio da Prestação de Contas Anual, a sociedade toma conhecimento de como os recursos públicos foram aplicados.

No Estado da Bahia, é no relatório de prestação de contas do governador que os valores recebidos e gastos pelo Estado são demonstrados sob os pontos de vista do Orçamento, das Finanças, do Patrimônio e da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.



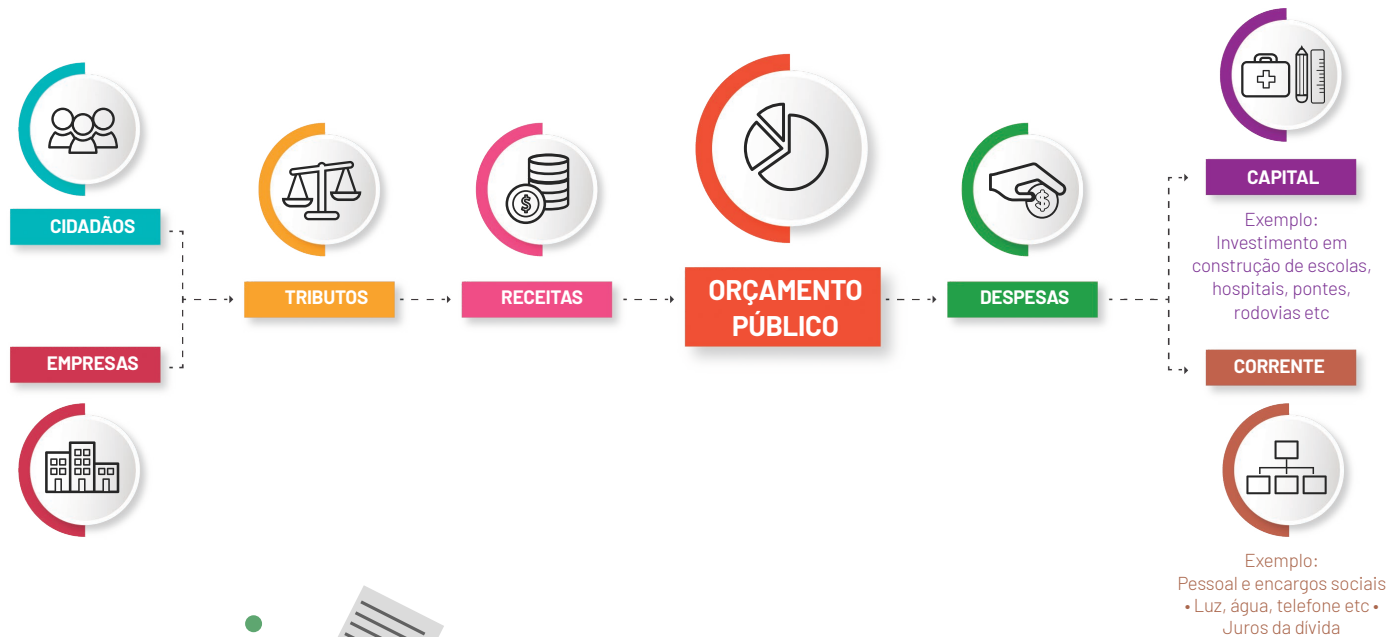
## OS TRIBUTOS E O GASTO PÚBLICO

Para melhor entendimento da Prestação de Contas do Estado, é importante saber um pouco sobre as suas fontes de receitas e como elas são utilizadas.

O Estado não pode funcionar sem receitas, isto é, sem recursos financeiros para o cumprimento de suas funções. É o recebimento das receitas de tributos que viabiliza a manutenção dos bens públicos e dos serviços prestados pelo setor público à sociedade. Cada serviço, em áreas como saúde, educação, segurança, infraestrutura, proteção social, proteção ambiental, cultura, e muitas outras, só pode existir graças às receitas tributárias.

Portanto, onde há investimento público, os tributos estão presentes: de unidades de pronto atendimento a hospitais e serviços de alta complexidade; da educação básica à universidade pública; das viaturas aos equipamentos das polícias Civil e Militar; das obras viárias aos investimentos em saneamento básico; infraestrutura urbana e habitação, sem falar nos salários e aposentadorias dos servidores públicos responsáveis pela prestação desses serviços.





### IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES: QUAL É A DIFERENÇA?

Como contribuintes, pagamos tributos sob diferentes formas. Mas pouca gente sabe dizer qual é a diferença entre impostos, taxas e contribuições. Ou ainda: quais os principais tipos de tributos. Definir estes conceitos é uma forma de educar a sociedade para que esta compreenda a origem de cada obrigação, bem como entenda também como os recursos públicos são aplicados. Confira, no glossário a seguir, a definição para cada categoria.

**Imposto** – É o tributo cuja obrigação é gerada por uma situação independente de qualquer atividade estatal específica. Isso quer dizer que a cobrança do imposto não está vinculada a qual-

quer contraprestação diretamente proporcional ao valor exigido. O imposto é aplicado em razão das necessidades da sociedade, e sua aplicação visa ao bem comum.

**Taxa** – O pagamento de taxas corresponde a uma atuação estatal específica. O Estado presta um serviço pelo recebimento do tributo. As taxas se subdividem em dois grupos: no primeiro estão aquelas que são relacionadas com o exercício regular do poder de polícia, como acontece com a vigilância sanitária, e no segundo, aquelas decorrentes de serviço público específico utilizado pelo contribuinte, a exemplo da emissão de documentos, como a carteira de motorista; ou posto à sua disposição, como a taxa de lixo.

**Contribuição de Melhoria** – É cobrada em função da atuação estatal indiretamente relacionada com o contribuinte, mas que lhe trará benefícios diretos. Pode ser cobrada, por exemplo, dos proprietários que tiverem o imóvel beneficiado em razão de obra pública.

**Empréstimo Compulsório** – Apenas a União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência; ou viabilizar investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional. Trata-se de um tributo restituível, isto é, deve ser devolvido ao contribuinte.

**Contribuições Sociais** – Podem ser instituídas pela União, pelos estados e Distrito Federal e pelos municípios para custeio de sistemas de previdência e seguridade social, que incluem a previdência social, a assistência à saúde e à assistência social. São exemplos: PIS/Pasep, Cofins e INSS.

Você sabia que existem tributos que são específicos dos estados e do Distrito Federal? Conheça alguns deles:

**ICMS** – Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação

Incide sobre a comercialização de mercadorias e a prestação de serviços de comunicação e transporte interestadual e intermunicipal. É cobrado sobre energia elétrica, telefonia, comercialização de mercadorias nas lojas e supermercados, etc.

**IPVA** – Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores

É cobrado dos proprietários de veículos automotores.

**ITD** – Imposto sobre a Transmissão de “Causa Mortis” e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos

Incide sobre herança ou doação, por exemplo, quando o pai decide doar aos filhos uma casa ou uma quantia em dinheiro.

## COMO É DIVIDIDO O RELATÓRIO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS?

O Relatório de Prestação de Contas elaborado pela Secretaria da Fazenda é dividido em módulos de gestão:

- Gestão Orçamentária
- Gestão Financeira
- Gestão Patrimonial
- Gestão Fiscal
- Gestão Econômica





## CAPÍTULO 4

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

# O QUE É O ORÇAMENTO PÚBLICO?

O ente público precisa anualmente realizar um planejamento de suas receitas e despesas. O orçamento público é aprovado pela Assembleia Legislativa por meio da Lei Orçamentária Anual – LOA, que demonstra as receitas previstas e as despesas fixadas para determinado ano.

O orçamento de 2020 foi aprovado pela Lei nº 14.184, de 10 de janeiro de 2020.

A partir da previsão da receita a ser arrecadada e da fixação das despesas a serem pagas pelos órgãos, entidades e fundos públicos, pode ser iniciado o chamado exercício financeiro.

Na área pública, um dos princípios orçamentários é o do equilíbrio. Significa que as receitas previstas deverão ser iguais às despesas fixadas. Legalmente, na execução do orçamento, o Estado não pode gastar mais do que arrecada.



# O QUE SÃO RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS?

Todo recurso que entra nos cofres do Estado é considerado um ingresso. Quando esse ingresso pode ser utilizado para pagamento de despesas orçamentárias, é classificado como receita orçamentária.

Quando o ingresso precisa ser devolvido para o seu depositante, ele é considerado um ingresso extraorçamentário.

As receitas orçamentárias estão classificadas quanto à categoria econômica como receitas correntes ou receitas de capital.

## RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

São todos os ingressos de recurso financeiro que representem, geralmente, disponibilidade para que o erário possa financiar as despesas orçamentárias.

## RECEITAS CORRENTES

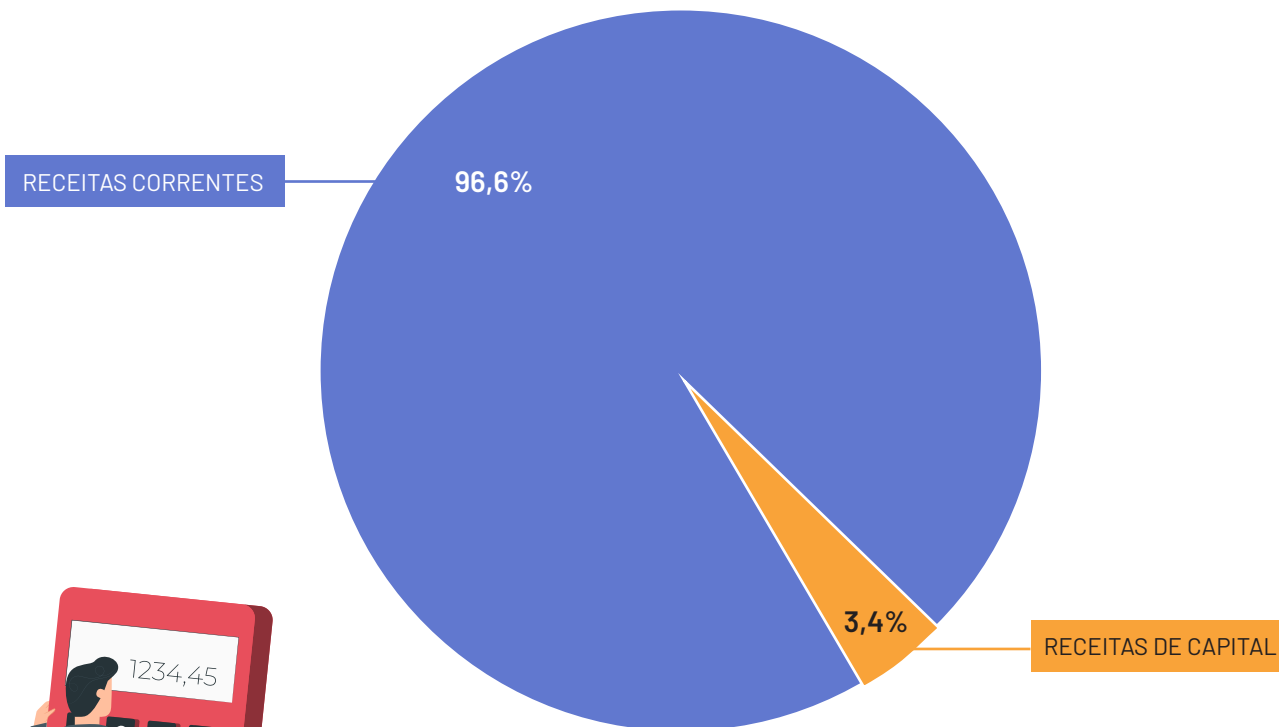
São os recursos originários do poder do Estado de recolher tributos, bem como das demais atividades exercidas pelo poder público, além dos juros e outros encargos recebidos em decorrência de operações de crédito onde o Estado figure como credor, assim como os recursos recebidos a título de transferências de convênios ou similares.

## RECEITAS DE CAPITAL

São aquelas provenientes da conversão em espécie, de bens e direitos compreendidos no ativo não circulante, e decorrente de recebimento de amortização de operação de crédito onde o Estado figura como credor, bem como o recurso oriundo de operação de crédito interna ou externa, inclusive emissão de títulos. As transferências de outros entes governamentais, constitucionais ou voluntárias, para investimentos também são classificadas nesse grupo.



GRÁFICO 01  
RECEITAS REALIZADAS EM 2020



Fonte: FIPLAN

RECEITAS PREVISTAS X RECEITAS REALIZADAS

O total de receitas correntes chegou a 97,7% do previsto, alcançando o montante de R\$ 49.431.650 mil. As receitas de capital totalizaram 58,5% do previsto na LOA, em função da frustração na execução das operações de crédito e transferências de capital.

GRÁFICO 02  
RECEITAS PREVISTAS X RECEITAS REALIZADAS

RECEITAS CORRENTES

PREVISÃO ATUALIZADA	R\$ 50.616.408 mil
REALIZAÇÃO	R\$ 49.431.650 mil

RECEITAS DE CAPITAL

PREVISÃO ATUALIZADA	R\$ 2.990.087 mil
REALIZAÇÃO	R\$ 1.748.889 mil

Fonte: FIPLAN



## CAPÍTULO 6

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

# O QUE SÃO DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS?

### DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

Despesas orçamentárias são aquelas cuja realização depende de autorização legislativa e não podem ser realizadas sem previsão na lei orçamentária ou em lei especial.

Segundo a sua natureza, as despesas orçamentárias podem ser classificadas por categoria econômica e por grupos de despesa.

### CATEGORIA ECONÔMICA

#### • Despesas Correntes

São aquelas que contribuem diretamente para a manutenção e a prestação de serviços anteriormente criados, a exemplo do pagamento de benefícios sociais a servidores ativos e inativos; de transferência a outros entes da Federação ou entidade privada; da realização de obras de adaptação e conservação de bens imóveis e de uso comum; e do pagamento de juros e outros encargos da dívida.

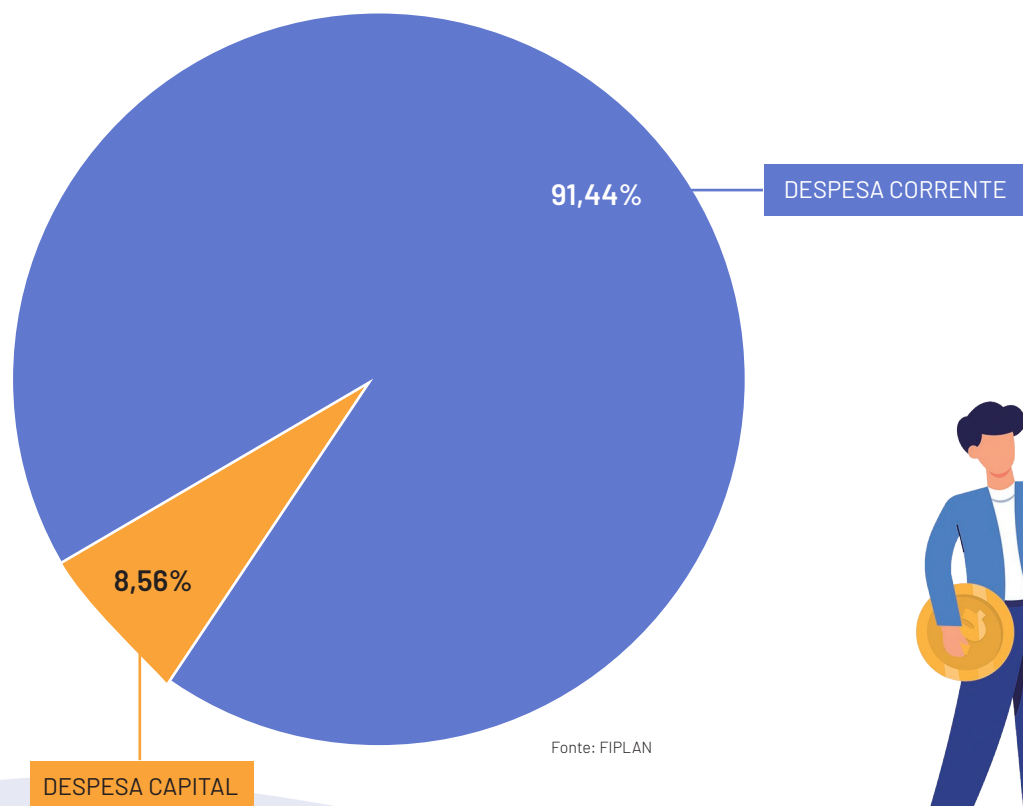
#### • Despesas de Capital

São aquelas que contribuem diretamente para a formação ou aquisição de um bem de capital e são destinadas à execução de obras, à integralização de capital, às aquisições de bens, bem como à concessão de empréstimos, ao refinanciamento e à amortização da dívida.



O **gráfico 3** demonstra a participação das despesas correntes, no montante de R\$ 44.837.096.094, e de capital, no montante de R\$ 4.196.596.202, no total da despesa empenhada no exercício de 2020, que foi no valor de R\$ 49.033.692.296 mil.

GRÁFICO 03  
COMPOSIÇÃO DA DESPESA POR CATEGORIA ECONÔMICA - 2020



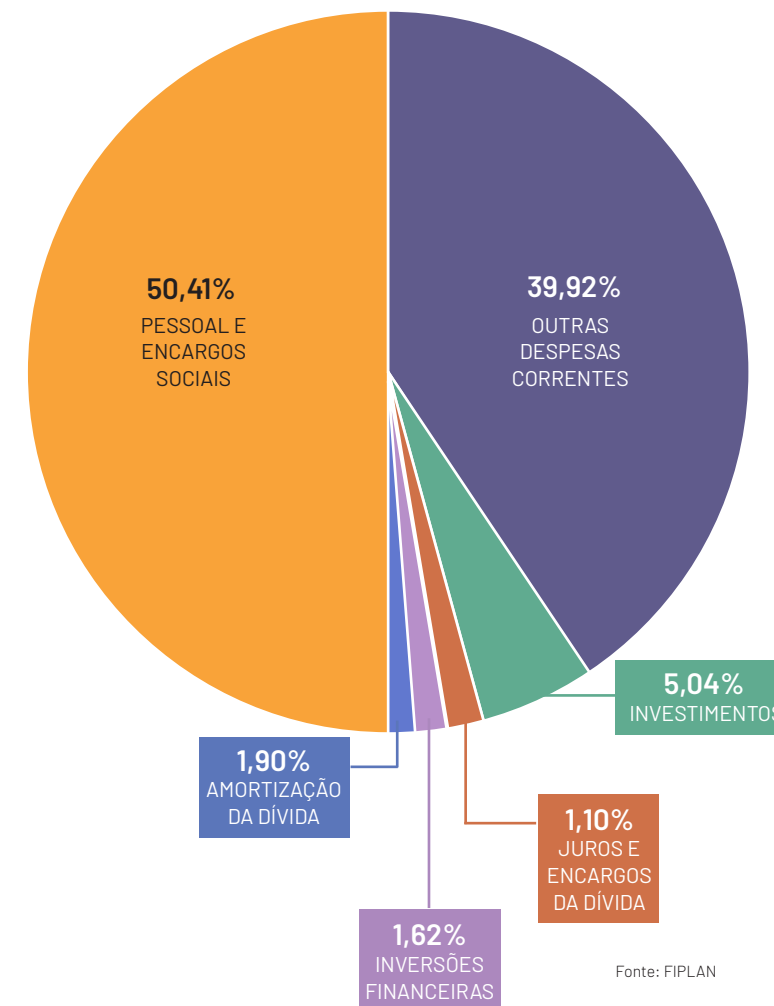
### GRUPOS DE DESPESAS

As despesas orçamentárias, quanto à sua natureza, estão divididas em grupos:

- Despesas com pessoal e encargos sociais;
- Despesas com juros de dívidas;
- Outras despesas correntes (manutenção para funcionamento dos órgãos e entidades);
- Investimentos (compra de veículos, obras, construções de escolas, estradas etc.);
- Inversões financeiras (aquisição de bens de terceiros já em uso);
- Amortização da dívida (pagamento de empréstimos).

O **gráfico 4** apresenta a participação desses grupos no total da despesa empenhada no exercício de 2020, que foi no valor de R\$ 49.033.692.296.

GRÁFICO 04  
COMPOSIÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA - 2020



# COMO SE DÁ A CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA?

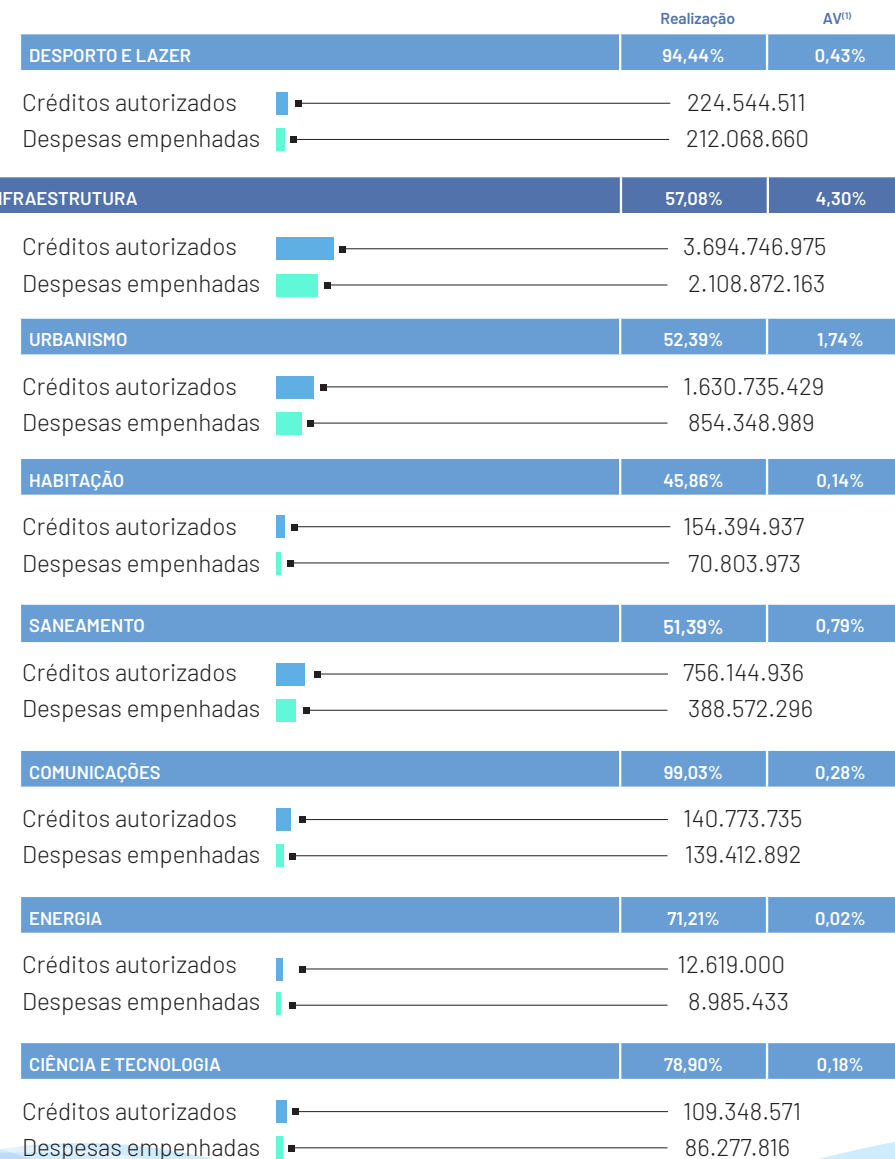
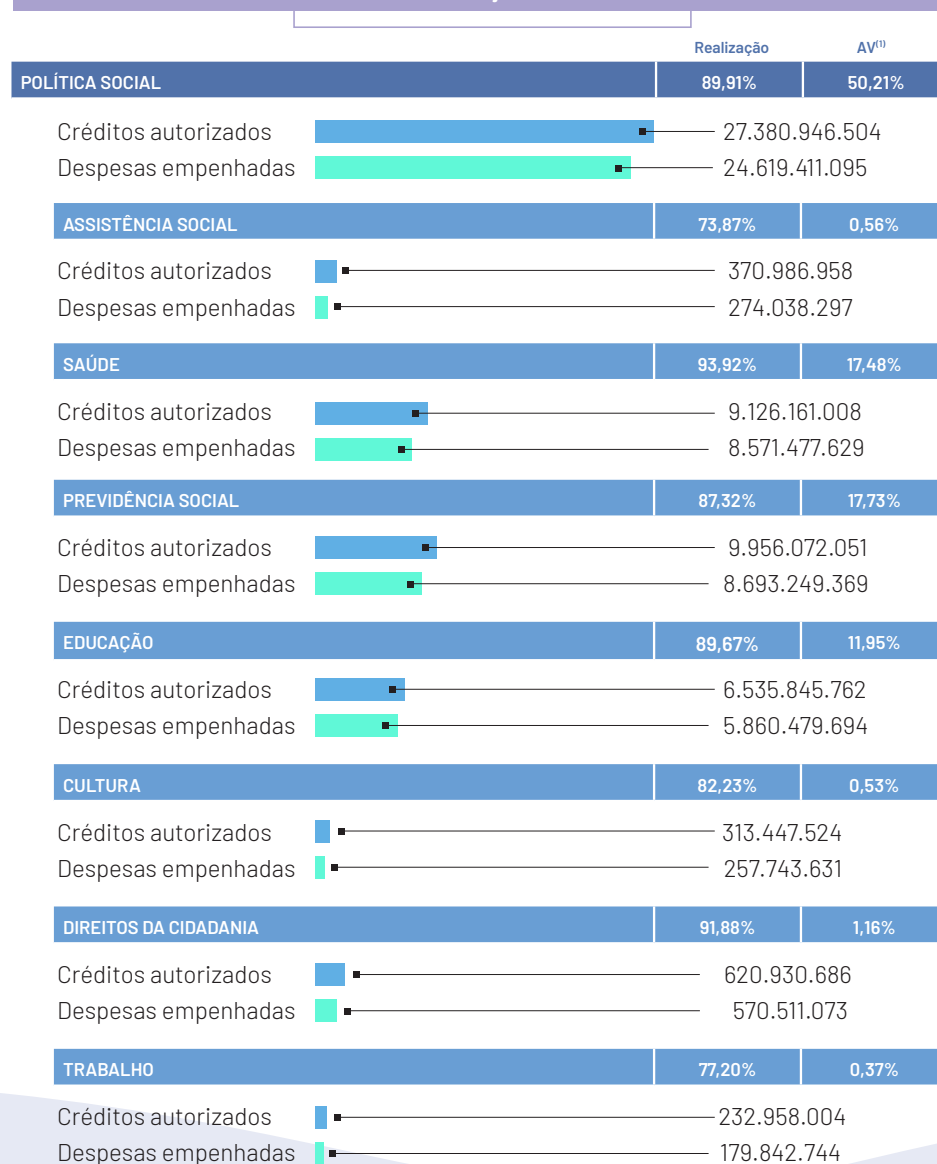
A classificação funcional da despesa é a estrutura de funções, que indicam as áreas de atuação do governo, como Saúde, Educação, Segurança Pública, entre outras.

O **gráfico 5**, a seguir, apresenta as despesas orçadas e realizadas, considerando as principais áreas de atuação do Governo do Estado da Bahia no exercício de 2020.



GRÁFICO 05

## DESPESAS POR ÁREA DE ATUAÇÃO GOVERNAMENTAL - 2020



	Realização	AV <sup>(1)</sup>
<b>TRANSPORTE</b>	62,92%	1,14%
Créditos autorizados	890.730.368	
Despesas empenhadas	560.470.764	
<b>PRODUÇÃO</b>	65,57%	1,90%
Créditos autorizados	1.423.218.706	
Despesas empenhadas	933.232.096	
<b>AGRICULTURA</b>	67,43%	1,22%
Créditos autorizados	825.351.231	
Despesas empenhadas	598.282.784	
<b>ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA</b>	35,11%	0,01%
Créditos autorizados	11.762.222	
Despesas empenhadas	4.636.175	
<b>INDÚSTRIA</b>	65,37%	0,22%
Créditos autorizados	172.250.351	
Despesas empenhadas	106.106.094	
<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	47,87%	0,46%
Créditos autorizados	413.854.902	
Despesas empenhadas	224.207.042	
<b>TÍPICAS DE ESTADO</b>	94,36%	19,01%
Créditos autorizados	9.877.359.859	
Despesas empenhadas	9.320.456.866	
<b>SEGURANÇA PÚBLICA</b>	90,60%	9,34%
Créditos autorizados	4.894.708.046	
Despesas empenhadas	4.578.078.008	

	Realização	AV <sup>(1)</sup>
<b>LEGISLATIVA</b>	98,99%	2,21%
Créditos autorizados	1.094.483.729	
Despesas empenhadas	1.083.389.569	
<b>JUDICIÁRIA</b>	92,16%	5,07%
Créditos autorizados	2.699.154.641	
Despesas empenhadas	2.487.625.878	
<b>ESSENCIAL À JUSTIÇA</b>	98,52%	2,39%
Créditos autorizados	1.189.013.443	
Despesas empenhadas	1.171.363.411	
<b>ADMINISTRAÇÃO</b>	92,85%	2,89%
Créditos autorizados	1.525.933.757	
Despesas empenhadas	1.416.779.488	
<b>GESTÃO AMBIENTAL</b>	90,17%	0,33%
Créditos autorizados	176.744.891	
Despesas empenhadas	159.368.763	
<b>ENCARGOS ESPECIAIS</b>	94,28%	21,36%
Créditos autorizados	11.110.582.529	
Despesas empenhadas	10.475.571.824	
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-
Créditos autorizados	8.056.465	
Despesas empenhadas	-	
<b>TOTAL</b>	88,8%	100,0%
Créditos autorizados	55.197.589.686	
Despesas empenhadas	49.033.692.296	

Fonte: FIPLAN  
(1) Análise Vertical. Participação do item no total

## CAPÍTULO 8

### GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

# O QUE É O BALANÇO ORÇAMENTÁRIO?

O Balanço Orçamentário é um demonstrativo que apresenta o comportamento das receitas e das despesas orçamentárias, comparando os valores de receitas previstas com as receitas

realizadas, de despesas fixadas com as despesas executadas em todas as suas etapas, bem como o confronto entre as receitas e despesas, apurando o resultado orçamentário.

TABELA 01 - BALANÇO ORÇAMENTÁRIO RESUMIDO - 2020

ESPECIFICAÇÃO	Receita			
	Prevista Atualizada	Realizada	Diferença	Realização <sup>(1)</sup>
Receitas Correntes <sup>(3)</sup>	56.235.022.525	55.188.570.819	-1.046.451.706	98,14%
<b>(-) Conta Retificadora da Receita Corrente</b>	<b>-5.618.614.931</b>	<b>-5.756.920.499</b>	<b>138.305.568</b>	102,46%
Receitas Correntes Ajustadas (A) <sup>(2)</sup>	50.616.407.594	49.431.650.320	-1.184.757.274	97,66%
Receitas de Capital (B) <sup>(4)</sup>	2.990.086.932	1.748.888.975	-1.241.197.957	58,49%
<b>SOMA I ( A + B )</b>	<b>53.606.494.526</b>	<b>51.180.539.295</b>	<b>-2.425.955.231</b>	<b>95,47%</b>
ESPECIFICAÇÃO	Despesa			
	Fixada Atualizada	Empenhada	Diferença	Realização <sup>(1)</sup>
Despesas Correntes (C)	48.478.486.506	44.837.096.094	3.641.390.412	92,49%
Despesas de Capital (D)	6.711.046.715	4.196.596.202	2.514.450.513	62,53%
Reserva de Contingência (E)	8.056.465	-	8.056.465	-
<b>SOMA II ( C+D+E )</b>	<b>55.197.589.686</b>	<b>49.033.692.296</b>	<b>6.163.897.390</b>	<b>88,83%</b>
<b>SUPERÁVIT / DÉFICIT ORÇAMENTÁRIO</b>		<b>2.146.846.998</b>		
<b>TOTAL</b>		<b>51.180.539.295</b>		

Fonte: FIPLAN/ SEFAZ. (1) Percentual de realização da receita e da despesa em comparação a sua previsão. (2) Essa nomenclatura diverge da denominação utilizada no FIPLAN para diferenciá-la da Receita Corrente Líquida (RCL) apurada na LRF. (3) As Receitas e Despesas Intraorçamentárias Correntes foram incluídas em Receitas e Despesas Correntes, inclusive conta retificadora. (4) Valor já deduzido da conta retificadora



## COMO SE DÁ A ANÁLISE DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO?

A análise ocorre por meio da previsão da receita orçamentária em comparação com o montante efetivamente realizado. Também é analisado o comportamento da despesa orçamentária.

### COMPORTAMENTO DA RECEITA

É analisado se ocorreu excesso de arrecadação ou frustração de receita.

Quando a receita realizada (arrecadada) é maior que a receita prevista atualizada, tem-se um excesso de arrecadação.

Quando a receita realizada (arrecadada) é menor que a receita prevista atualizada, tem-se uma frustração de receita.

Para 2020, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma frustração de receita no montante de R\$ 1.046.452 mil, ou seja, apenas 98,14% da receita prevista foi realizada.



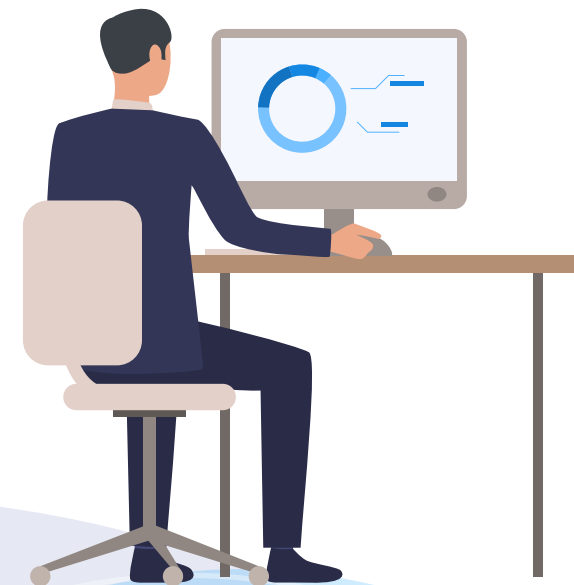
### COMPORTAMENTO DA DESPESA

É analisado se ocorreu economia orçamentária.

Quando a despesa executada (empenhada) é menor que a dotação atualizada, tem-se uma economia orçamentária.

**ATENÇÃO:** O ente público não pode executar (empenhar) valor maior que aquele autorizado em orçamento, que é distribuído nos órgãos, entidades e fundos públicos por meio de dotações orçamentárias.

Para 2020, analisando o Balanço Orçamentário Resumido, ocorreu uma economia orçamentária no montante de R\$ 6.163.897 mil.



### RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

É analisado se ocorreu superávit ou déficit.

O resultado orçamentário corresponde ao confronto entre as receitas realizadas (arrecadadas) e as despesas empenhadas.

Quando a receita orçamentária é maior que a despesa orçamentária, tem-se um superávit orçamentário.

Quando a despesa orçamentária é maior que a receita orçamentária, tem-se um déficit orçamentário.

Como o total da receita realizada foi de R\$ 51.180.539 mil e o total da despesa executada foi de R\$ 49.033.692 mil, ocorreu um superávit orçamentário no valor de R\$ 2.146.847 mil.

# O QUE É O BALANÇO FINANCEIRO?



O Balanço Financeiro é o demonstrativo contábil que evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos em espécie provenientes do exercício anterior e os que se transferem para o exercício seguinte.

O Balanço Financeiro é composto por um único quadro que evidencia a movimentação financeira, demonstrando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recurso, discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e os pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte.

**TABELA 02 - BALANÇO FINANCEIRO RESUMIDO - 2020**

VALORES EM R\$

DESCRIÇÃO	INGRESSOS	DISPÊNDIOS
<b>ORÇAMENTÁRIO</b>	<b>48.671.426.031</b>	<b>46.523.534.045</b>
<b>ORDINÁRIAS</b>	<b>22.129.554.317</b>	<b>19.417.633.328</b>
<b>VINCULADAS</b>	<b>26.541.871.714</b>	<b>27.105.900.717</b>
Educação	5.419.851.770	4.610.207.186
Saúde	6.039.010.116	5.724.103.275
Regime Próprio de Previdência	2.412.743.793	4.307.734.903
Demais Vinculações de Recursos	12.670.266.034	12.463.855.353
<b>TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS</b>	<b>112.616.275.361</b>	<b>112.619.521.292</b>
Execução Orçamentária	74.596.014.758	74.599.264.577
Independente da Execução Orçamentária	38.020.260.603	38.020.256.715
<b>EXTRAORÇAMENTÁRIOS</b>	<b>2.989.636.391</b>	<b>1.663.754.592</b>
Recebimentos Extraorçamentários	2.989.636.391	-
Pagamentos Extraorçamentários	-	1.663.754.592
<b>SALDOS</b>	<b>5.305.337.098</b>	<b>8.775.864.952</b>
Exercício Anterior	5.305.337.098	-
Para o Exercício Seguinte	-	8.775.864.952
<b>TOTAL BALANÇO FINANCEIRO</b>	<b>169.582.674.881</b>	<b>169.582.674.881</b>

Fonte: FIPLAN/SEFAZ

As receitas e despesas orçamentárias ordinárias compreendem as receitas e as despesas de livre alocação entre a origem e a aplicação de recursos, para atender a quaisquer finalidades. As vinculadas são aquelas cuja aplicação dos recursos é definida em lei, de acordo com sua origem.

As transferências financeiras recebidas e concedidas refletem as movimentações de recursos financeiros entre órgãos e entidades da administração direta e indireta.

Os recebimentos e pagamentos extraorçamentários são direitos a receber e obrigações a pagar a curto prazo.

Os saldos em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte compreendem o caixa e equivalentes de caixa, e os depósitos restituíveis e valores vinculados de curto prazo.



## O QUE É A DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA?

A Demonstração dos Fluxos de Caixa permite avaliar como uma entidade pública obteve recursos para financiar suas atividades e a maneira como os recursos de caixa foram usados, além de proporcionar as informações necessárias para identificar: as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa; os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Apresenta informações acerca das alterações ocorridas nas disponibilidades e o efeito das transações que afetam o caixa e equivalentes de caixa no período, segundo as atividades operacionais, de investimentos e financiamentos.

As atividades operacionais compreendem as principais atividades geradoras de receita da entidade, como os ingressos decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública, como pessoal e demais despesas correntes, e juros e encargos da dívida.

O fluxo de caixa líquido dessas atividades fornece informações sobre o financiamento das ações governamentais por meio de tributos e pelo recebimento de receita de bens e serviços explorados pela entidade; sobre a capacidade de amortizar empréstimos; e sobre a capacidade de autofinanciar suas operações sem recorrer a operações de crédito.



**TABELA 03 - FLUXO OPERACIONAL - 2020**

VALORES EM R\$

INGRESSOS		PART (1)
Receita Tributária	26.439.500.343	56,36%
Receita de Contribuições	3.197.552.664	6,82%
Receita Patrimonial	141.518.632	0,30%
Receita Agropecuária	349.726	0,00%
Receita Industrial	-	0,00%
Receita de Serviços	142.815.300	0,30%
Remuneração das Disponibilidades	101.647.872	0,22%
Outras Receitas Derivadas e Originárias	993.578.182	2,12%
Transferências Correntes Recebidas	15.894.046.870	33,88%
<b>TOTAL</b>	<b>46.911.009.588</b>	<b>100,00%</b>

DESEMBOLSOS		PART (2)
Pessoal	22.761.404.410	54,85%
Demais Despesas Correntes	10.565.351.775	25,46%
Juros e Encargos da Dívida	419.742.274	1,01%
Transferências Correntes Concedidas	7.752.276.027	18,68%
<b>TOTAL</b>	<b>41.498.774.486</b>	<b>100,00%</b>

<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>5.412.235.102</b>
--	----------------------

Fonte: FIPLAN/SEFAZ. (1) Participação das Receitas no Total dos Ingressos. (2) Participação das Despesas no Total dos Desembolsos

Nas atividades de investimentos estão as alienações de bens, os recebimentos decorrentes da amortização de empréstimos e financiamentos concedidos, os desembolsos relativos à aquisição de ativos não circulantes e concessão de empréstimos e financiamentos.

São atividades que demonstram, em seu fluxo de caixa líquido, o potencial da entidade em contribuir para a produção futura de bens e serviços públicos, porque revela, em termos financeiros, a política de expansão da infraestrutura do governo.

**TABELA 04 - FLUXO DE INVESTIMENTOS - 2020**

VALORES EM R\$

INGRESSOS		PART (1)
Alienações de Bens	3.485.564	0,65%
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	109.954.831	20,55%
Outros Ingressos de Investimentos	421.688.355	78,80%
<b>TOTAL</b>	<b>535.128.750</b>	<b>100,00%</b>

DESEMBOLSOS		PART (2)
Aquisição de Ativo Não Circulante	1.416.082.326	63,15%
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	165.580.709	7,38%
Outros Desembolsos de Investimentos	660.760.276	29,47%
<b>Total</b>	<b>2.242.423.311</b>	<b>100,00%</b>

<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS RECEITAS E DESPESAS DE INVESTIMENTOS</b>	<b>-1.707.294.561</b>
--	-----------------------

Fonte: FIPLAN/SEFAZ. (1) Participação das Receitas no Total dos Ingressos. (2) Participação das Despesas no Total dos Desembolsos.



As atividades de financiamentos estão relacionadas às operações de crédito e aos desembolsos com a amortização/refinanciamento da dívida. O seu fluxo líquido provê as informações

sobre o nível de recursos de terceiros captados e amortizados, permitindo a previsão de futuros desembolsos para pagamento aos fornecedores de capital à entidade.

**TABELA 05 - FLUXO DE FINANCIAMENTOS - 2020**

VALORES EM R\$

INGRESSOS		PART (1)
Operações de Crédito	821.495.884	67,05%
Transferências de Capital Recebidas	403.791.809	32,95%
<b>TOTAL</b>	<b>1.225.287.693</b>	<b>100,00%</b>

DESEMBOLSOS		PART (2)
Amortização/Refinanciamento da Dívida	930.686.954	58,12%
Transferências de Capital Concedidas	483.369.755	30,18%
Outros Desembolsos de Financiamentos	187.396.288	11,70%
<b>TOTAL</b>	<b>1.601.452.996</b>	<b>100,00%</b>

<b>FLUXO DE CAIXA LÍQUIDO DAS RECEITAS E DESPESAS DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>-376.165.303</b>	
---	---------------------	--

Fonte: FIPLAN/SEFAZ. (1) Participação das Receitas no Total dos Ingressos. (2) Participação das Despesas no Total dos Desembolsos.

## O QUE É O BALANÇO PATRIMONIAL?

É o demonstrativo contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública, por meio de contas representativas do patrimônio público: ativo, passivo e patrimônio líquido.

O Balanço Patrimonial possui uma **equação básica** relativa ao patrimônio, na qual o total do **ativo** (bens e direitos) menos o total do **passivo** (obrigações) resulta no **patrimônio líquido (saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial)**, que é valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos.



### ATIVO

#### BENS + DIREITOS



### PASSIVO

#### OBRIGAÇÕES



#### PATRIMÔNIO LÍQUIDO



$$\text{BENS + DIREITOS} - \text{OBRIGAÇÕES} = \text{PATRIMÔNIO LÍQUIDO}$$



## COMO É DIVIDIDO O BALANÇO PATRIMONIAL?



O **Balanço Patrimonial** deve ser estruturado de forma a atender e respeitar os conceitos da ciência contábil e da legislação pública vigente, destacando-se, dentre outros, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

Ao se observar o Balanço Patrimonial, verifica-se uma estrutura com um **quadro principal** formado pelo ativo circulante e não circulante, passivo circulante e não circulante e pelo patrimônio líquido, que representa o saldo patrimonial ou situação líquida patrimonial.

Além do quadro principal, o Balanço Patrimonial é composto de dois **quadros auxiliares**, que apresentam os valores dos ativos e passivos segregados em financeiros e permanentes, bem como os saldos dos atos potenciais ativos e passivos.

## BALANÇO PATRIMONIAL RESUMIDO

O Balanço Patrimonial Resumido do Estado da Bahia de 2020 está demonstrado de acordo com a tabela 6:

**TABELA 06 - BALANÇO PATRIMONIAL - VERSÃO SIMPLIFICADA**

VALORES EM R\$

ATIVO	2020	AV <sup>(1)</sup>	PASSIVO	2020	AV <sup>(2)</sup>
Ativo Circulante	11.560.793.837	21,20%	Passivo Circulante	10.877.498.920	5,67%
Ativo Não Circulante	42.963.674.741	78,80%	Passivo Não Circulante	180.965.351.103	94,33%
			Total do Passivo	191.842.850.023	100,00%
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			<b>2020</b>		
			Total do Patrimônio Líquido	(137.318.381.445)	100,00%
<b>TOTAL</b>	<b>54.524.468.577</b>	<b>100,00%</b>	<b>TOTAL</b>	<b>54.524.468.577</b>	<b>100,00%</b>

### ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	2020	PASSIVO FINANCEIRO E PERMANENTE	2020
Ativo Financeiro	8.778.062.934	Passivo Financeiro	3.594.973.166
Ativo Permanente	45.746.405.643	Passivo Permanente	188.247.876.856
		Saldo Patrimonial	(137.318.381.445)
<b>TOTAL</b>	<b>54.524.468.577</b>	<b>TOTAL</b>	<b>54.524.468.577</b>

### CONTAS DE COMPENSAÇÃO

ATOS POTENCIAIS ATIVOS	2020	ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	2020
Saldo dos Atos Potenciais Ativos	343.600.210	Saldo dos Atos Potenciais Passivos	98.658.083.283
<b>TOTAL</b>	<b>343.600.210</b>	<b>TOTAL</b>	<b>98.658.083.283</b>

Fonte: FIPLAN. (1) Análise Vertical. Participação do item no total do Ativo. (2) Análise Vertical. Participação do item no total do Passivo.

Os valores do ativo circulante e não circulante compõem o ativo total no valor de R\$ 54,52 bilhões, que, deduzido do passivo total, somatório do passivo circulante e não circulante no valor de R\$ 191,84 bilhões resultou o patrimônio líquido de R\$ (137,32) bilhões. Desta forma, verifica-se a equação básica do patrimônio: ativo menos passivo é igual ao patrimônio líquido.

O patrimônio líquido negativo demonstra que as obrigações superaram os bens e direitos da administração pública, sendo igual ao saldo patrimonial do quadro dos ativos e passivos, segregados em financeiros e permanentes.

O valor negativo do patrimônio líquido ocorreu devido à influência das provisões matemáticas previdenciárias de longo prazo, com valor de R\$ 151,92 bilhões, que representa 98,9% em relação ao total provisões a longo prazo existentes no estado da Bahia, cujo valor foi de R\$ 153,60 bilhões.

## ATIVO E PASSIVO

**Ativo** é um recurso controlado pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços.

Estão demonstrados no ativo, além dos bens, os direitos de curto e longo prazos, tais como: disponibilidades em caixas e equivalentes de caixas, aplicações financeiras, clientes, créditos tributários a receber, dívida ativa tributária, participações permanentes, bens corpóreos, dentre outros.

**Passivo** é uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos passados, cujos pagamentos se esperam que resultem para a entidade saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços.

No passivo, estão demonstradas as obrigações de curto e longo prazos, tais como: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais a pagar, dívidas de empréstimos e financiamentos efetuados pelo Estado, fornecedores, provisões, precatórios, dívidas com credores, cauções de empresas contratadas pelo Estado, dentre outros.

## CLASSIFICAÇÃO EM CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Os **ativos** devem ser classificados como **circulantes** quando satisfizerem a um dos seguintes critérios:

- estiverem disponíveis para realização imediata; ou
- tiverem a expectativa de realização até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

Os demais ativos devem ser classificados como **não circulantes**.

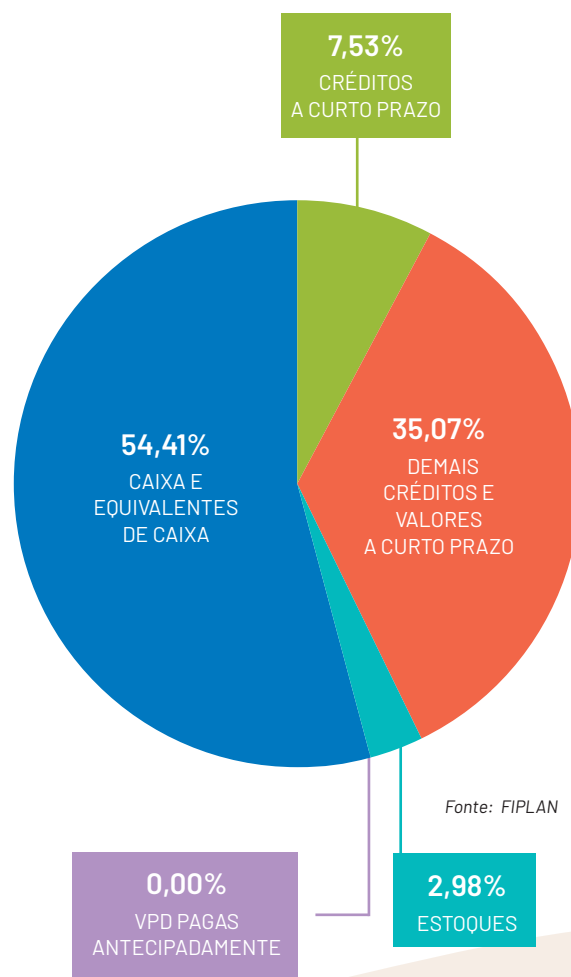
Os passivos devem ser classificados como circulantes quando corresponderem:

- a valores exigíveis até doze meses após a data das demonstrações contábeis.

No ano de 2020, **os gráficos do ativo e passivo**, tanto no circulante como no não circulante, atingiram variações percentuais que demonstram os reflexos mais significativos da estrutura patrimonial atual.

No **ativo circulante**, a conta caixa e equivalentes de caixa representa 54,41% do total do ativo circulante, a maior parcela relativa ao disponível para realização imediata, mas que vem sendo comprometida com as obrigações a pagar. (Ver gráfico 6)

GRÁFICO 06  
COMPOSIÇÃO DO ATIVO CIRCULANTE - 2020



De acordo com o gráfico 7, cerca de 74,21% do **ativo não circulante** corresponde ao ativo imobilizado, sendo sua maior participação em bens imóveis, incluindo a depreciação ocorrida no exercício. Os investimentos representam 19,46%; o ativo realizável a longo prazo, 5,77%; e o intangível, 0,55% do ativo não circulante.

GRÁFICO 07  
COMPOSIÇÃO DO ATIVO NÃO CIRCULANTE - 2020

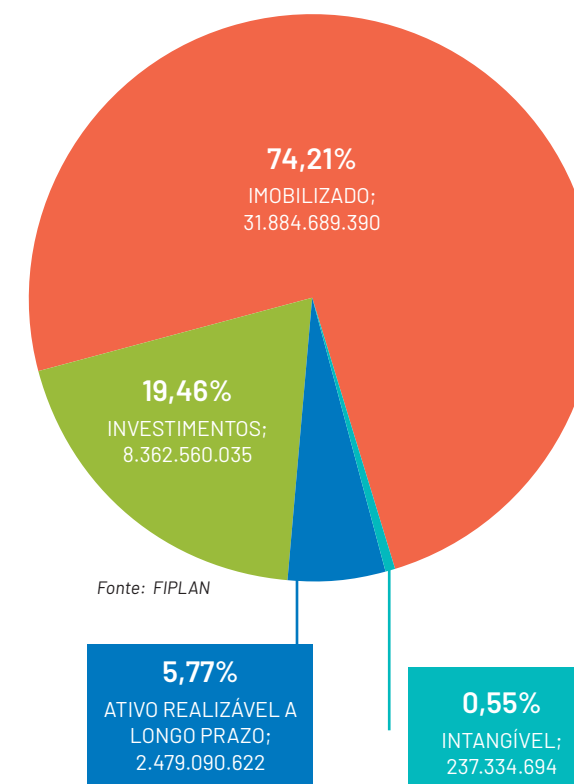
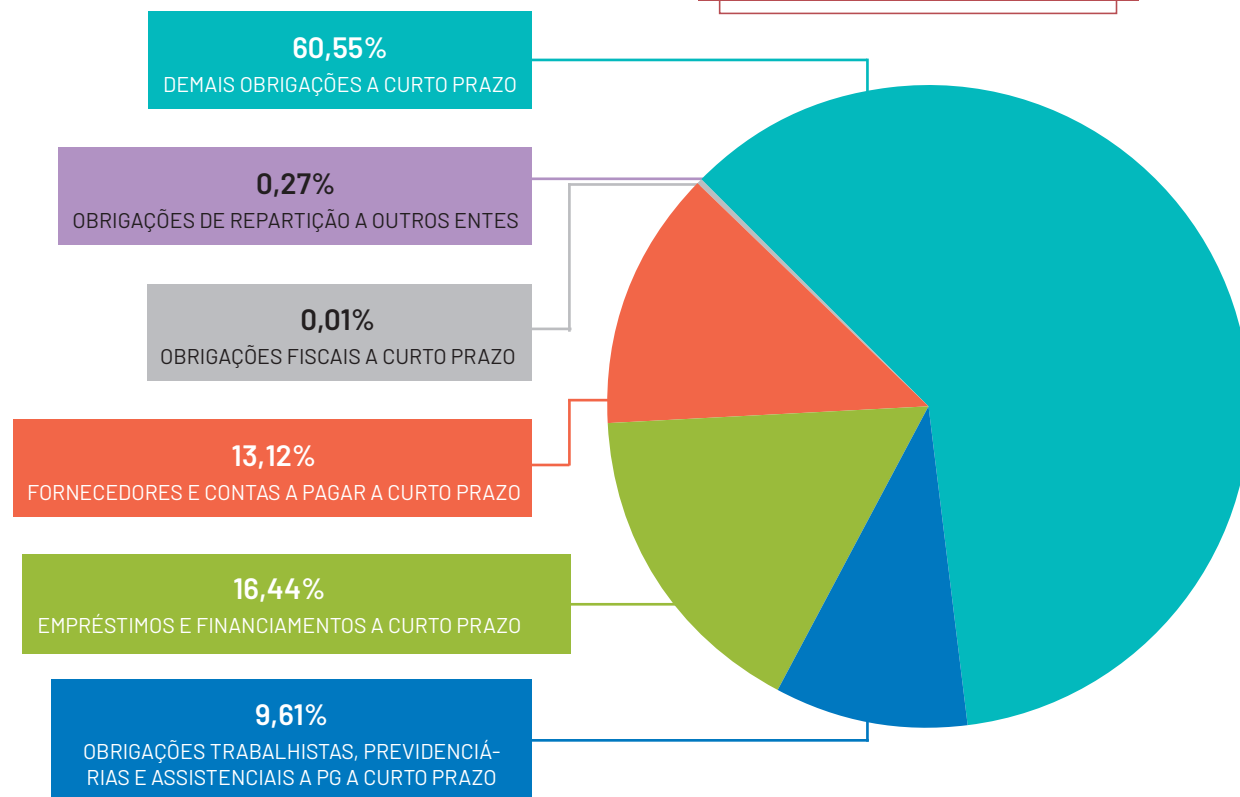


GRÁFICO 08  
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO CIRCULANTE - 2020

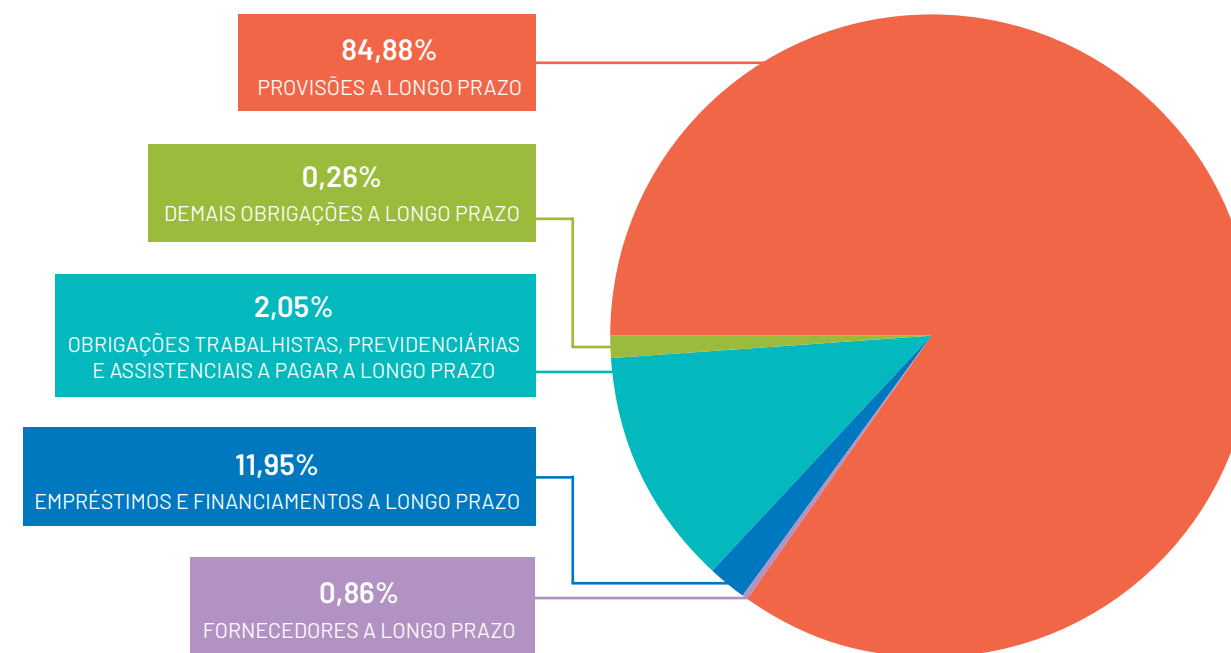


Fonte: FIPLAN

No **passivo circulante**, a conta demais obrigações a curto prazo, com uma participação de 60,55% no total do passivo circulante, representa a maior parte dos compromissos de curto prazo, que englobam as consignações, os depósitos e os convênios recebidos. (Ver gráfico 8)

Cerca de 84,88% do **passivo não circulante** corresponde às provisões a longo prazo, que, em quase sua totalidade, são representadas pelas provisões matemáticas previdenciárias a longo prazo. Depois das provisões a longo prazo, o grupo de maior valor é o dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, que representa 11,95% do passivo não circulante, de acordo com o gráfico 9.

GRÁFICO 09  
COMPOSIÇÃO DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE - 2020



Fonte: FIPLAN

## O QUE É A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS?

É a demonstração contábil que evidencia as alterações verificadas no patrimônio (ativo e passivo), indicando o Resultado Patrimonial do Exercício, pelo confronto entre as Variações Patrimoniais Aumentativas - VPA e as Variações Patrimoniais Diminutivas - VPD ocorridas no período. O valor apurado passa a compor o patrimônio líquido (saldo patrimonial) do Balanço Patrimonial (BP) do exercício.

A DVP tem função semelhante à DRE - Demonstração do Resultado do Exercício do Setor Privado. Porém, é relevante ressaltar que a DRE apura o resultado em termos de lucro ou prejuízo líquido, como um dos principais indicadores de desempenho da entidade. Já no setor público, o resultado patrimonial não é um indicador de desempenho, mas um medidor do

quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais, efetuadas por meio de incorporações e desincorporações ou baixa.

O patrimônio é dividido em bens (móveis, imóveis e outros), direitos (disponibilidades financeiras, por exemplo) e obrigações (dívidas, tais como empréstimos e financiamentos).

A diferença entre esses montantes é chamada de patrimônio líquido, que demonstra se o órgão, fundo ou entidade possui mais (ou menos) bens e direitos do que obrigações, indicando uma situação de superávit (ou déficit) patrimonial, a depender do resultado das variações patrimoniais (aumentativas e diminutivas).



# COMO É DIVIDIDA A DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS?

A Demonstração das Variações Patrimoniais se divide em: Variações Patrimoniais Aumentativas – VPA e Variações Patrimoniais Diminutivas – VPD.

As **Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)** demonstram as alterações dos elementos do patrimônio público que aumentam o patrimônio líquido do órgão ou entidade pelo aumento de valores ativos ou pela redução de

valores passivos. São exemplos: impostos, taxas, transferências recebidas da União, prestação de serviços, entre outros.

As **Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)** demonstram as alterações dos elementos do patrimônio público que reduzem o patrimônio líquido do órgão ou entidade pelo aumento de valores passivos ou pela redução de valores ativos. São exemplos: remuneração de pessoal, despesas com manutenção, aposentadorias, depreciação de bens públicos, entre outros.

Por meio da estrutura da Demonstração das Variações Patrimoniais, o setor público demonstra o quanto o serviço público prestado promoveu alterações quantitativas nos elementos patrimoniais, sejam aumentativas ou diminutivas.



## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS RESUMIDA

As Variações Patrimoniais Resumida do Estado da Bahia de 2019 estão demonstradas de acordo com a tabela 7:

TABELA 07 - VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - VERSÃO SIMPLIFICADA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	2020	VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	2020
TOTAL DE VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS ( I )	371.556.436.322	TOTAL DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS ( II )	179.123.752.724
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO ( III ) = ( I - II )			192.432.683.597

Fonte: FIPLAN

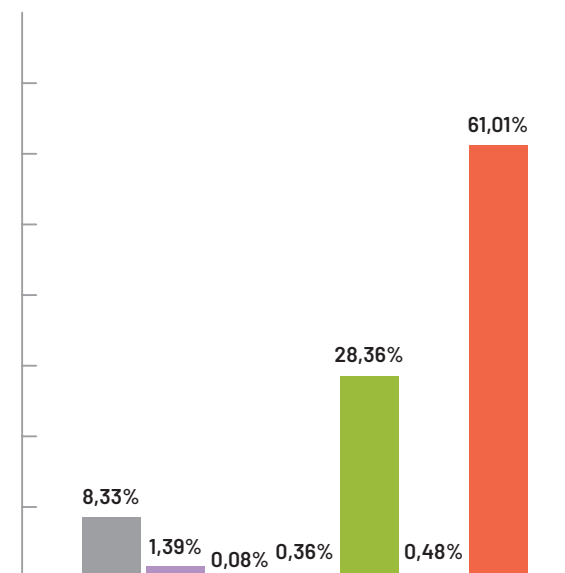
O valor total das VPA alcançou R\$ 371,56 bilhões e das VPD foi de R\$ 179,12 bilhões, apresentando um resultado patrimonial no período de R\$ 192,43 bilhões.

Os gráficos 10 (VPA) e 11 (VPD) a seguir demonstram os itens das variações patrimoniais aumentativas e diminutivas em termos percentuais.

Os itens mais representativos das variações patrimoniais aumentativas foram “Transferências e Delegações Recebidas” e “Outras Variações Patrimoniais Aumentativas”, que representam, respectivamente, 28,36% e 61,01% do total das variações patrimoniais aumentativas.

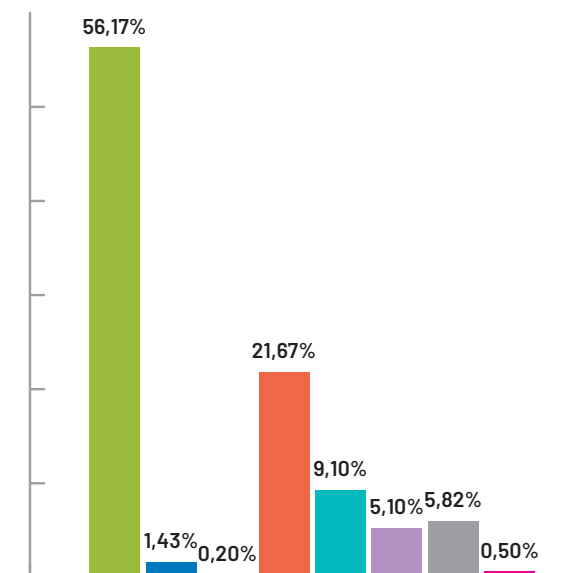


GRÁFICO 10  
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS - 2020



- Impostos, taxas e contribuições de melhoria
- Contribuições
- Exploração e vendas de bens, serviços e direitos
- Variações patrimoniais aumentativas financeiras
- Transferências e delegações recebidas
- Valorização e ganhos com ativos e desincorporação de passivos
- Outras variações patrimoniais aumentativas

GRÁFICO 11  
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS - 2020



- Transferências e delegações concedidas
- Desvalorização e perda de ativos e incorporação de passivos
- Tributárias
- Outras variações patrimoniais diminutivas
- Pessoal e encargos
- Benefícios previdenciários e assistenciais
- Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo
- Variações patrimoniais diminutivas financeiras

Os itens das variações patrimoniais diminutivas (VPD) mais representativos foram: “Transferências e Delegações Concedidas”, que representa 56,17% do total destas variações; e “Outras Variações Patrimoniais Diminutivas”, com 21,67%. (Ver gráfico 11)

## DE QUE FORMA O RESULTADO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AFETA O BALANÇO PATRIMONIAL?



As Variações Patrimoniais, como contas de resultado, mantêm vinculação com as contas patrimoniais, de forma a permitir a identificação das alterações nas contas patrimoniais que produziram movimentações nas contas de resultado.

Por meio da diferença entre as variações patrimoniais aumentativas (VPA) e diminutivas (VPD), obtém-se o resultado patrimonial do Exercício.

Este resultado irá compor o patrimônio líquido no Balanço Patrimonial, positivamente, se for superávit, ou negativamente, se for déficit.

Ele é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais e, também, no Balanço Patrimonial, no grupo do “Patrimônio Líquido”, item “Lucros e Prejuízos do Exercício”.

Desta forma, comparando a Demonstração das Variações Patrimoniais com o Balanço Patrimonial, verifica-se o seguinte:



## DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS VS. BALANÇO PATRIMONIAL

DVP (RESUMIDA)
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA)</b>
Impostos, taxas e Cont. Melhoria
Contribuições
Exploração de Bens, Serviços e Direitos
VPA Financeiras
Transferências e Delegações Recebidas
Valorização e Ganho com Ativos
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD)</b>
Pessoal e encargos
Benefícios Previdências e Assistenciais
Uso de bens, serviços e consumo de capital fixo
VPD Financeiras
Transferências e Delegações Concedidas
Desvalorização e Perda de Ativos
Tributárias
Outras variações patrimoniais diminutivas
<b>Resultado Patrimonial do Período (Superávit ou Déficit)</b>
<b>TOTAL</b>

BALANÇO PATRIMONIAL (RESUMIDO)	
ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Nao Circulante Circulante	Passivo Nao Circulante Circulante
TOTAL DO ATIVO	TOTAL DO PASSIVO
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	Patrimônio Social e Capital Social
	Reservas de Lucros
	Resultados Acumulados
	Lucros e Prejuízos do ex.
	Lucros e Prejuízos Ex. Ant.
	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>
ATIVO FINANCEIRO	PASSIVO FINANCEIRO
ATIVO PERMANENTE	PASSIVO PERMANENTE
	SALDO PATRIMONIAL
<b>COMPENSAÇÕES</b>	
Saldo dos atos Potenciais Ativos	Saldo dos atos Potenciais Passivos
<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>

Em 2020, o Resultado Patrimonial do período obtido na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) foi de R\$ 192,43 bilhões, aparecendo, também, no Balanço Patrimonial (BP) no item "Lucro ou Prejuízos do Exercício" no grupo do "Patrimônio Líquido".

# O QUE É A PROVISÃO MATEMÁTICA PREVIDENCIÁRIA?



Entende-se como provisão matemática previdenciária a diferença entre os valores provisionados pelo RPPS (Regime Próprio de Previdência) para fazer face à totalidade dos compromissos futuros do plano para com seus beneficiários e dependentes e as contribuições correspondentes.

Também conhecida como passivo atuarial do Estado, a provisão matemática previdenciária representa o valor presente, calculado atuarialmente, em determinada data, do total dos recursos necessários ao pagamento dos compromissos futuros com benefícios previdenciários, como aposentadorias, pensões e outros.

Essa provisão é utilizada quando não há equilíbrio financeiro, ou seja, o que se arrecada dos participantes do sistema previdenciário não é suficiente para custear os benefícios assegurados pelo sistema previdenciário do regime próprio da previdência social, o RPPS – Regime de Previdência dos Servidores Públicos.

Desta forma, a provisão atuarial é registrada no Balanço Patrimonial, no passivo não circulante, provisões a longo prazo.

## CAPÍTULO 18

GESTÃO FISCAL

# LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL – LRF

A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, intitulada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, mediante ações em que se previnam riscos e corrijam desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas, destacando-se o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade como premissas básicas.

Para alcançar esse objetivo, a lei estabelece o cumprimento de metas de resultado entre

receitas e despesas e a obediência a limites e condições no que tange à renúncia de receita; geração de despesa com pessoal, seguridade social e outras; dívida consolidada e mobiliária; operações de crédito, inclusive por antecipação de receita; e concessão de garantia e inscrição em restos a pagar.

A seguir, temos um quadro resumo dos valores e índices atingidos nos demonstrativos exigidos pela LRF em 2020.



**TABELA 08 - LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - LRF**

Receita Corrente Líquida - 2020	Previsão Atualizada	Valor Realizado
	R\$ 38.549.657 mil	R\$ 37.877.610 mil

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

Limites Legais em relação a Receita Corrente Líquida Ajustada				
Limite de Pessoal	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Despesa de Pessoal	49,71	54,00	57,00	60,00
Executivo e Defensoria	40,95	43,74	46,17	48,60
Legislativo	2,65	3,06	3,22	3,40
Assembleia	1,59	1,68	1,78	1,87
TCE	0,64	0,81	0,86	0,90
TCM	0,42	0,57	0,60	0,63
Judiciário	4,71	5,40	5,70	6,00
Ministério Público	1,40	1,80	1,90	2,00
Limite da Dívida Consolidada Líquida - DCL	Limite Realizado (%)	Limite de Alerta (%)	Limite Prudencial (%)	Limite Máximo (%)
Dívida Consolidada Líquida -R\$ 21.511.871 mil	56,87%	180,00%	-	200,00%
Limite da DCL = 2 vezes a Receita Corrente Líquida				

Fonte: FIPLAN/SICOF/SEFAZ/SAF/COPAF.

Limites Constitucionais		
Descrição	Limite Realizado (%)	Limite Mínimo Anual (%)
Educação	26,09%	25,00%
Saúde	13,39%	12,00%

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.

VALORES EM R\$ MIL

Metas		
Descrição	Valor Realizado	Meta Anual LDO
Resultado Primário - Acima da Linha	2.980.900	-510.848
Resultado Nominal - Acima da Linha	2.575.398	-1.206.654

Fonte: FIPLAN/SEFAZ/SAF/COPAF.



## O QUE É A DÍVIDA PÚBLICA?

Os estados, os municípios e a União prestam serviços e realizam investimentos necessários ao desenvolvimento econômico-social. Para este fim, utilizam receitas obtidas basicamente na forma de tributos incidentes sobre a produção, a renda, a propriedade e o consumo de empresas e famílias. Entretanto, em relação aos gastos governamentais com investimentos, que desempenham papel central na evolução da atividade econômica e do nível de bem-estar social, envolvendo elevados valores, a receita tributária normalmente é insuficiente, sendo preciso completá-la. Assim, o setor público recorre à contratação de operações de crédito que lhe disponibilizam recursos de terceiros, constituindo-se, em contrapartida, a dívida pública, ou seja, a obrigação contratual de devolver tais recursos em um determinado período de tempo, acrescidos de juros.





**TABELA 09 - DÍVIDA PÚBLICA EM 31.12.2020**

Discriminação	Valores (R\$ 1)
Dívida Interna	15.909.820.065
Dívida externa	12.706.203.585
<b>Total</b>	<b>28.616.023.650</b>

Fonte: SDP/SEFAZ

**TABELA 10 - RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO OBTIDAS NO ANO DE 2020**

Instituição Financeira	Valores (R\$ 1)
Caixa Econômica Federal - CEF	109.739.849
Banco do Brasil - BB	250.000.000
Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD	281.488.049
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	170.955.000
Fundo Internacional para o Desenvolvimento da Agricultura - FIDA	9.312.986
<b>Total</b>	<b>821.495.884</b>

Fonte: SDP/SEFAZ

**TABELA 11 - AMORTIZAÇÃO E ENCARGOS DA DÍVIDA RELATIVOS AO ANO DE 2020**

Discriminação	Valores (R\$ 1)
Amortização	930.686.954
Juros e demais Encargos	541.600.033
<b>Total</b>	<b>1.472.286.987</b>

Fonte: SDP/SEFAZ

Obs: Como medida de enfrentamento aos efeitos da pandemia do coronavírus SARS-CoV2 (Covid-19) sobre as receitas dos estados e sobre as suas despesas na área da Saúde, o Governo Federal sancionou a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, autorizando a suspensão, neste mesmo ano, dos pagamentos de amortizações e juros de dívidas contratadas com o Tesouro

Nacional e com instituições financeiras federais, e estabelecendo a retomada destes pagamentos a partir 1º de janeiro do exercício de 2021. As tabelas 11 e 9 contemplam, respectivamente, a redução do montante de amortizações e de juros pagos e o correspondente aumento da dívida pública, decorrentes do citado dispositivo legal.

## O QUE É BALANÇO ECONÔMICO?

É o demonstrativo no qual são apresentados os valores e a participação percentual das diferentes formas de obtenção de recursos (exemplos: arrecadação de tributos, transferências recebidas e endividamento estatal) e de sua aplicação (exemplos: gastos com manutenção, investimentos e transferências constitucionais).

Permite-se, assim, verificar a execução dos gastos públicos, com base nos recursos destinados especificamente à gestão orçamentária, assim como o resultado orçamentário, na forma de superávit ou déficit. O Balanço Econômico contempla as administrações direta e indireta.



**TABELA 12 - BALANÇO ECONÔMICO 2020**

VALORES EM R\$

Recursos Obtidos		AV <sup>(1)</sup>
<b>Da Arrecadação de Tributos</b>	<b>30.381.000.005</b>	<b>62,42%</b>
(-)Conta Redutora	-3.941.499.662	-8,10%
<b>Da Exploração do Patrimônio Estatal</b>	<b>244.905.567</b>	<b>0,50%</b>
(-)Conta Redutora	-1.750.619	0,00%
<b>De Transferências Recebidas</b>	<b>18.113.866.136</b>	<b>37,22%</b>
(-)Conta Redutora	-1.816.027.457	-3,73%
<b>De Alienações de Bens</b>	<b>3.485.564</b>	<b>0,01%</b>
<b>Do Endividamento Estatal</b>	<b>821.495.884</b>	<b>1,69%</b>
<b>Demais Receitas</b>	<b>4.906.429.684</b>	<b>10,08%</b>
(-)Conta Redutora	-40.479.071	-0,08%
<b>SUBTOTAL</b>	<b>48.671.426.031</b>	<b>100,00%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>48.671.426.031</b>	

VALORES EM R\$

Recursos Aplicados		AV <sup>(1)</sup>
<b>Gastos com Manutenção</b>	<b>33.921.631.299</b>	<b>72,91%</b>
Pessoal e Encargos Sociais exceto Previdência	14.266.954.597	30,67%
Previdência	8.716.814.553	18,74%
Outros Serviços de Terceiros	6.230.353.169	13,39%
Material de Consumo	489.157.660	1,05%
Locação de Mão de Obra	884.059.864	1,90%
Demais Gastos	3.334.291.457	7,17%
<b>Serviços da Dívida</b>	<b>1.472.286.987</b>	<b>3,16%</b>
Juros e Encargos	541.600.033	1,16%
Amortização	930.686.954	2,00%
<b>Investimentos</b>	<b>2.472.791.904</b>	<b>5,32%</b>
<b>Inversões Financeiras</b>	<b>793.117.345</b>	<b>1,70%</b>
<b>Transf. Constitucionais a Municípios</b>	<b>6.786.958.511</b>	<b>14,59%</b>
<b>Outras Transferências</b>	<b>1.076.748.000</b>	<b>2,31%</b>
<b>SUBTOTAL</b>	<b>46.523.534.045</b>	<b>100,00%</b>
<b>Superávit/Déficit</b>	<b>2.147.891.987</b>	
<b>TOTAL</b>	<b>48.671.426.031</b>	

Fonte: FIPLAN/SEFAZ. (1) Análise Vertical. Participação do item no Subtotal. (2) Excluídas as receitas e despesas intraorçamentárias neste demonstrativo.



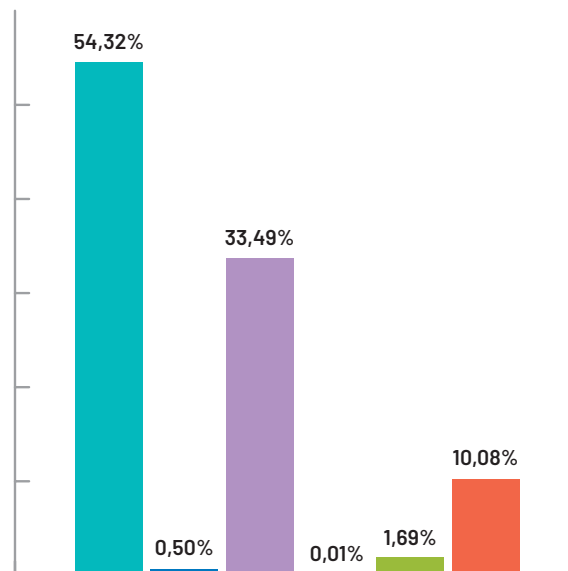
O estado da Bahia obteve recursos no valor de R\$ 48,67 bilhões – excluídas as Receitas Intra-orçamentárias. A análise da composição desse total revela que os seus itens mais significativos são: receitas da arrecadação de tributos, num total de R\$ 30,38 bilhões, ou 62,42% do total; e receitas de transferências, abrangendo transferências correntes e transferências de capital, no valor de R\$ 18,11 bilhões, correspondente a 37,22% dos recursos obtidos.

Considerando os recursos aplicados em 2020, o valor total é de R\$ 46,52 bilhões – excluídas as Despesas Intraorçamentárias, e o item mais expressivo é o gasto com manutenção, no valor de R\$ 33,92 bilhões, ou 72,91% do total. Destes, destaca-se a despesa com pessoal e encargos, equivalente a 30,67%, e a despesa com previdência, que representou 18,74%.

O confronto entre os recursos obtidos e a aplicação de recursos tem como resultado um superávit orçamentário de R\$ 2,15 bilhões.

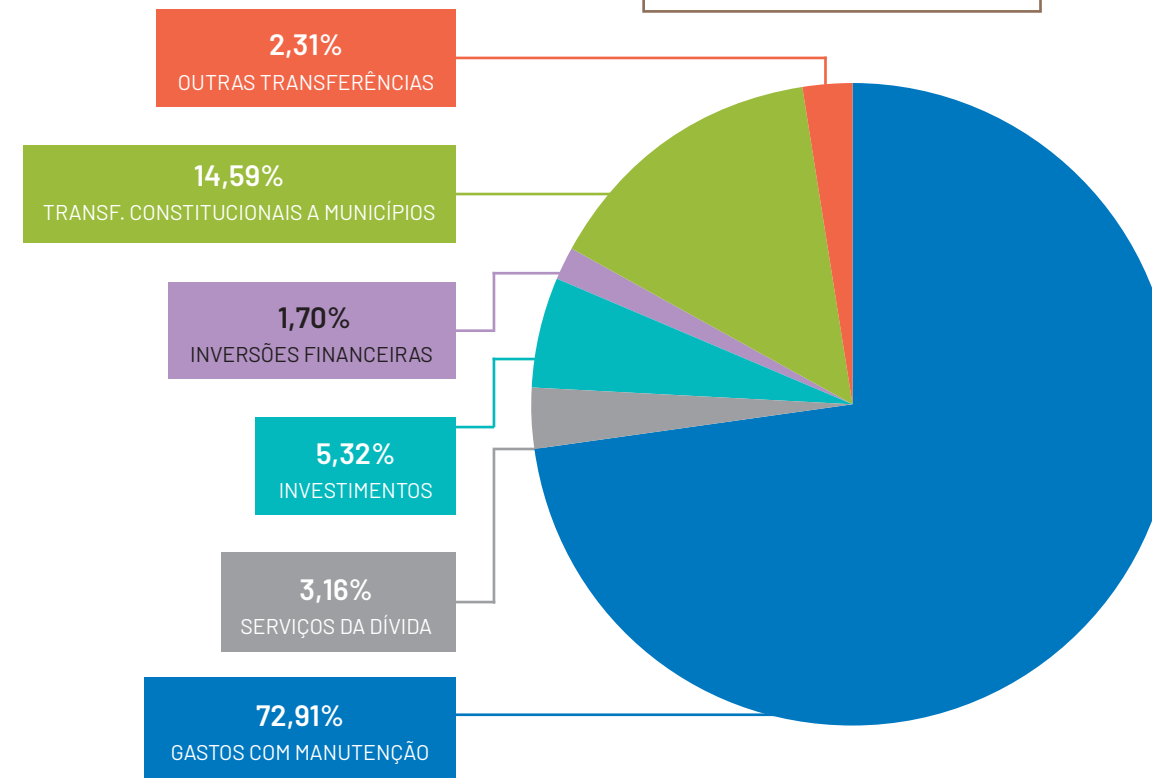
Comparando as participações líquidas percentuais, tanto nos recursos obtidos quanto nos aplicados, temos as seguintes situações:

GRÁFICO 12  
RECURSOS OBTIDOS (LÍQUIDOS) - 2020



- Da Arrecadação de Tributos
- Da Exploração do Patrimônio Estatal
- De Transferências Recebidas
- De Aliações de Bens
- Do Endividamento Estatal
- Demais Receitas

GRÁFICO 13  
RECURSOS APLICADOS - 2020



Fonte: FIPLAN

# AS CONCESSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS, AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS (PPP) E OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS



Uma das formas dos entes públicos atenderem às demandas da sociedade é por meio das concessões de serviços públicos. O estado da Bahia vem realizando diversas concessões e viabilizando diversos investimentos, gerando benefícios à sociedade. Mas, como isso acontece? Vamos ver:

Cabe inicialmente destacar que um dos tipos de concessão muito relevante é a denominada Parceria Público-Privada, a PPP, que é uma espécie de concessão de serviços públicos, conforme o Capítulo 2 da Parte III do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP: é a delegação contratual da execução do serviço

público, precedida ou não de obra pública, permanecendo a titularidade com o poder público. Ainda conforme o citado MCASP, as concessões de serviços públicos dividem-se em duas categorias: **concessões comuns** e as **concessões especiais**.

As concessões comuns são aquelas reguladas pela Lei nº 8.987/95 e, no caso da Bahia, podem-se citar os contratos de concessão da operação da travessia Salvador-Itaparica pelo **Sistema Ferry Boat** (Concessionária: INTERNACIONAL TRAVESSIAS SALVADOR S/A) e as concessões dos **Sistemas Rodoviários BA 093** (Concessionária: BAHIA NORTE S/A) e **BA 099**

- **Estrada do Coco/Linha Verde** (Concessionária: CLN - CONCESSIONÁRIA LITORAL NORTE).

Já as concessões especiais são reguladas pela Lei nº 11.079/2004 e são as chamadas Parcerias Público-Privadas - PPP. Esse tipo de concessão subdivide-se em: concessões **patrocinadas** e **administrativas**.

A diferença básica entre as concessões patrocinadas e as concessões administrativas é que, no caso das **patrocinadas**, o seu objeto é a concessão de serviços públicos ou obras de interesse público de que trata a Lei nº 8.987/95, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

No caso das concessões **administrativas**, seu objeto é a prestação de serviços de que a administração pública seja a usuária direta ou indireta, ainda que envolva execução de obra ou fornecimento e instalação de bens. Nesse caso, a remuneração do parceiro privado é sempre por contraprestação paga pelo poder público, **não havendo cobrança de tarifas dos usuários**.

Observe-se que, diferentemente das concessões comuns, no caso das PPP a premissa básica é que há sempre uma contraprestação pecuniária por parte do poder público, independentemente de haver cobrança de tarifas dos usuários.

As PPP existentes em 2020 no estado da Bahia são as seguintes:

**a) Arena Fonte Nova** - Concessão administrativa para a reconstrução e operação do Estádio Octávio Mangabeira - Fonte Nova. A Concessionária Fonte Nova Participações S/A foi contratada em janeiro de 2010 pelo prazo de 35 (trinta e cinco) anos para reconstruir e operar a Arena Multiuso. A conversão do antigo estádio em uma Arena Multiuso, com capacidade para 50 mil torcedores, visou dotar a cidade de um equipamento apto a sediar jogos da Copa do Mundo FIFA 2014, permitindo, ainda, que a população tenha um importante equipamento de lazer, esporte e entretenimento.

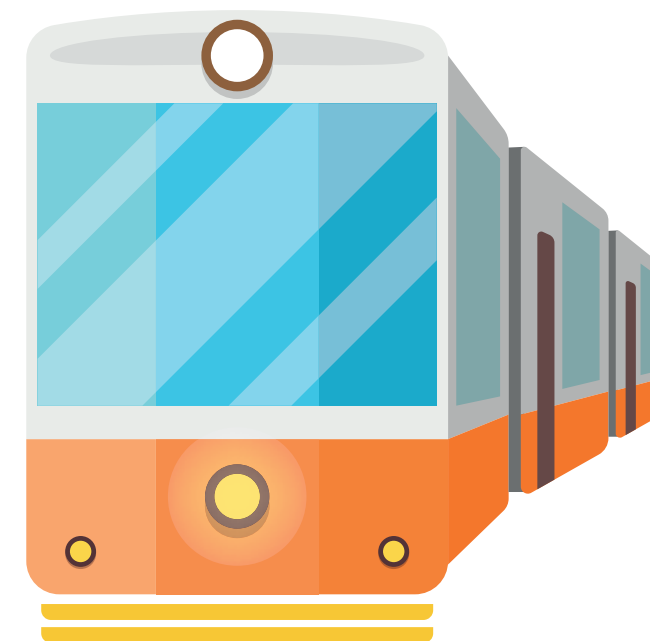
**b) Hospital do Subúrbio** - O projeto visa implementar no hospital geral público estadual a gestão privada, a fim de ofertar atendimento gratuito com alta qualidade. O hospital é classificado como um hospital público de porta aberta, com foco em atendimentos de urgência e emergência em alta complexidade, conta com centro de bioimagem, raios-X, tomógrafo, ultrassonografia, ressonância magnética e endoscopia, dentre outros. Está localizado no bairro de Periperi, em Salvador (Bahia), na região do Subúrbio Ferroviário.

**c) Instituto Couto Maia** - Concessão administrativa para a construção e operação de serviços não assistenciais do Instituto Couto Maia. A nova

unidade resulta da fusão entre duas unidades atualmente operacionais, que são: Hospital Especializado Couto Maia e Hospital Especializado Dom Rodrigo de Menezes. A fusão resultará no Instituto Couto Maia (ICOM), com perfil mais abrangente que as duas unidades originais. A unidade será especializada em doenças infecciosas e em dermatologia sanitária, com um total de 155 leitos, com área construída de 18 mil metros quadrados, em terreno de 50 mil metros quadrados em Salvador, Bahia.

**d) Metrô de Salvador e Lauro de Freitas** - Este projeto visa à implantação e operação do Sistema Metroviário de Salvador e Lauro de Freitas, por meio de concessão patrocinada, abrangendo a construção da linha 2 do metrô e conclusão das obras da linha 1, interligando os municípios de Salvador e Lauro de Freitas, com extensão total de cerca de 36 km.

**e) Diagnóstico por Imagem** - Gestão e operação de Serviço de Apoio ao Diagnóstico por Imagem em uma Central de Imagem e em 12 Unidades Hospitalares integrantes da Rede Própria da Secretaria de Saúde do Estado. O projeto tem como objetivo a prestação de serviços de apoio ao diagnóstico, em regime de PPP, para o provimento dos serviços de telemedicina e bioimagem, em elevadas condições de qualidade e acessibilidade. O prazo da concessão será de 11 anos e 6 meses, contado a partir da data da assinatura do contrato de concessão.



**f) Emissário Submarino** - O projeto visa à construção e operação da Sistema de Disposição Oceânica do Jaguaribe, parte integrante do Programa de Ampliação de Esgotamento Sanitário da cidade de Salvador. O projeto compreende a ampliação da Estação Elevatória do Saboeiro, implantação de linhas de recalque, construção de Estação de Condicionamento Prévio e implantação dos Emissários Terrestre e Submarino.

**g) BA-052 - Estrada do Feijão** - O projeto visa à reabilitação e à manutenção (*brownfield*) em um trecho de 462 km da Rodovia BA-052, que liga Feira de Santana a Xique-Xique; 85 km da Rodovia BA-160, que liga Xique-Xique à Ponte; e, adicionalmente, a construção de uma Ponte (*greenfield*) de 1 km ligando os municípios de Xique-Xique à Barra. O objeto é a delegação, por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, das obras e dos serviços necessários para a operação, manutenção e revitalização do Sistema BA-052.

**h) Veículo Leves sobre Trilhos - VLT** - O projeto consiste na concessão patrocinada para implantação das obras civis e sistemas, fornecimento do material rodante, operação e manutenção do Veículo Leve sobre Trilhos ou outro modal equivalente de transporte público sobre trilho ou guia e movido à propulsão elétrica (VLT do Subúrbio), tendo como principal objetivo a integração entre o Subúrbio e os principais corredores de transporte público de massa da cidade de Salvador, com 19,9 quilômetros de extensão ao longo de 22 estações, substituindo o atual trem do Subúrbio.

**i) Sistema Rodoviário Ponte Salvador/Ilha de Itaparica** - O projeto visa ligar Salvador à região da Ilha de Itaparica de modo a melhorar a mobilidade entre essas duas regiões, bem como promover o desenvolvimento socioeconômico da Ilha. O objeto é a delegação, por meio de Parceria Público-Privada, na modalidade de concessão patrocinada, das obras e dos serviços necessários para construção, operação e manutenção do Sistema Rodoviário Ponte Salvador - Ilha de Itaparica.

Nos casos acima, podem-se dividir as PPP da seguinte forma:

**Concessões Patrocinadas:** Metrô de Salvador e Lauro de Freitas, BA-052 - Estrada do Feijão, Veículo Leve Sobre Trilhos - VLT e Sistema Rodoviário Ponte Salvador - Ilha de Itaparica.

**Concessões Administrativas:** Arena Fonte Nova, Hospital do Subúrbio, Instituto Couto Maia, Diagnóstico por Imagem e Emissário Submarino.



## O QUE SÃO OS CONSÓRCIOS PÚBLICOS?

Os consórcios públicos “são parcerias formadas por dois ou mais entes da Federação para a gestão associada de serviços públicos, bem como para a transferência total ou parcial de encargos, serviços, pessoal e bens essenciais à continuidade dos serviços transferidos, conforme Artigo 241 da Constituição Federal/1988, regulamentado pela Lei nº 11.107/2005 e pelo Decreto nº 6.017/2007”. (**MCASP, 8ª Edição. Parte III, Cap. 7).**

Imaginemos da seguinte forma. Digamos que em sua rua existam 100 casas e os moradores decidiram construir uma horta comunitária para servir a todos, utilizando um terreno disponível na região. No primeiro momento será preciso investir na criação da horta, materiais, sementes, mudas etc. e, em seguida, haverá um custo de manutenção.

Como todos utilizarão a horta, ficou estabelecido que os gastos de criação da horta (investimento) e sua manutenção (custo e despesas) seriam rateados de forma proporcional à quantidade de moradores de cada casa.

Para facilitar, os gastos foram divididos em cotas de acordo com a quantidade total de moradores (população) e cada casa arcaria com a quantidade de “cotas” nela residentes. Ou seja, uma casa com cinco moradores pagaria cinco cotas, a casa com três moradores, três cotas, e por aí vai.

No caso dos consórcios interfederativos funciona do mesmo jeito. O fator população e/ou outro esta-

belecido no contrato de rateio, de cada município ou estado, determina as cotas de cada ente e, com isso, ele contribuirá no consórcio de forma proporcional.

Um detalhe no caso dos consórcios de Saúde que envolve o estado da Bahia, por ser esse o ente com um poder econômico-financeiro maior, o Estado ficou responsável pela construção e equipagem dos equipamentos e com 40% das cotas. Os outros 60% foram rateados entre os municípios participantes.

Conforme o item 7.2 da parte III do MCASP (8ª Edição), o **contrato de rateio** é o instrumento pelo qual os entes da Federação consorciados comprometem-se a transferir recursos financeiros para a realização das despesas do consórcio público, consignados em suas respectivas leis orçamentárias anuais (LOA).

Para tal, cada ente consorciado deve incluir em seus instrumentos de planejamento (PPA, LDO e LOA) ações e dotações orçamentárias inerentes à prestação dos serviços públicos objeto do consórcio.

O estado da Bahia, especificamente na área de Saúde, está consorciado a diversos municípios baianos com o objetivo de prestação de serviço de Saúde por meio de Policlínicas e Hospitais Regionais conforme quadro seguinte onde se apresenta a avaliação do valor de cada consórcio para o estado por meio da sistemática da Avaliação Proporcional Patrimonial (conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público - MCASP):

**TABELA 13 - PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS -  
AVALIADOS PELO MÉTODO DA APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL**

R\$1

Consórcios Público	Participação do Estado (%) (a)	Patrimônio Líquido (PL) <sup>1</sup> (b)
Litoral Norte e Agreste Baiano - CLINAB (Alagoinhas)	40	5.903.679
Região de Brumado <sup>2</sup>	40	-
Portal do Sertão (Feira de Santana)	40	2.835.399
Alto Sertão (Guanambi)	40	4.935.303
Região de Irecê	40	8.503.663
Região de Itabuna e Ilhéus	40	5.275.969
Região da Chapada (Jacobina)	40	934.705
Região de Jequié	40	6.489.659
Região de Juazeiro <sup>3</sup>	40	2.490.558
Região de Paulo Afonso	40	10.579.167
Nordeste II (Ribeira do Pombal)	40	1.310.014
Região do Metro Recôncavo Norte - MRN	40	8.426.979
Reconvale (Santo Antônio de Jesus)	40	11.205.600
Região de Senhor do Bonfim <sup>4</sup>	40	-638.249
Extremo Sul da Bahia (Teixeira de Freitas)	40	5.851.623
Região do Baixo Sul (Valença)	40	5.255.471
Região de Vitória da Conquista/Itapetinga	40	2.470.667
<b>TOTAL</b>		<b>81.830.208</b>

**TABELA 13 - PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS -  
AVALIADOS PELO MÉTODO DA APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL (CONTINUAÇÃO)**

R\$1

Consórcios Público	Valor da Apropriação Proporcional Patrimonial (R\$) (c) = (b)*(a)%	Valor Contábil da Participação (d)
Litoral Norte e Agreste Baiano - CLINAB (Alagoinhas)	2.361.472	5.921.644
Região de Brumado <sup>2</sup>	174.384	174.384
Portal do Sertão (Feira de Santana)	1.134.160	7.261.049
Alto Sertão (Guanambi)	1.974.121	6.856.550
Região de Irecê	3.401.465	8.272.378
Região de Itabuna e Ilhéus	2.110.388	6.649.509
Região da Chapada (Jacobina)	373.882	3.267.430
Região de Jequié	2.595.864	7.594.169
Região de Juazeiro <sup>3</sup>	996.223	4.377.600
Região de Paulo Afonso	4.231.667	8.026.338
Nordeste II (Ribeira do Pombal)	524.006	25.307.630
Região do Metro Recôncavo Norte - MRN	3.370.792	5.968.193
Reconvale (Santo Antônio de Jesus)	4.482.240	8.093.556
Região de Senhor do Bonfim <sup>4</sup>	-255.300	2.953.354
Extremo Sul da Bahia (Teixeira de Freitas)	2.340.649	5.235.095
Região do Baixo Sul (Valença)	2.102.188	5.963.513
Região de Vitória da Conquista/Itapetinga	988.267	4.778.220
<b>TOTAL</b>	<b>32.906.467</b>	<b>116.700.612</b>

**TABELA 13 - PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS -  
AVALIADOS PELO MÉTODO DA APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL (CONTINUAÇÃO)**

R\$1

Consórcios Público	Resultado Positivo / (Negativo) da Apropriação (e) = (c) - (d)	Provisão para Perdas na Participação
Litoral Norte e Agreste Baiano - CLINAB (Alagoinhas)	-3.560.172	-
Região de Brumado <sup>2</sup>	-	-
Portal do Sertão (Feira de Santana)	-6.126.890	-
Alto Sertão (Guanambi)	-4.882.429	-
Região de Irecê	-4.870.913	-
Região de Itabuna e Ilhéus	-4.539.121	-
Região da Chapada (Jacobina)	-2.893.548	-
Região de Jequié	-4.998.305	-
Região de Juazeiro <sup>3</sup>	-3.381.377	-
Região de Paulo Afonso	-3.794.672	-
Nordeste II (Ribeira do Pombal)	-24.783.625	-
Região do Metro Recôncavo Norte - MRN	-2.597.401	-
Reconvale (Santo Antônio de Jesus)	-3.611.316	-
Região de Senhor do Bonfim <sup>4</sup>	-3.208.654	-3.208.654
Extremo Sul da Bahia (Teixeira de Freitas)	-2.894.446	-
Região do Baixo Sul (Valença)	-3.861.324	-
Região de Vitória da Conquista/Itapetinga	-3.789.953	-
<b>TOTAL</b>	<b>-83.794.145</b>	<b>-3.208.654</b>

Fonte: FIPLAN e Informações das Empresas. (1) Patrimônio Líquido dos consórcios com base no Balanço de 31/10/2020. (2) O Consórcio da região de **Brumado** não teve continuidade. O valor contabilizado ainda aguarda análise para recuperação e posterior baixa. (3) O Consórcio da região de **Juazeiro** voltou a apresentar Patrimônio Líquido positivo. Em função disso, foi revertida a Provisão para Perdas constituída em 2019 no valor de R\$ 141.493,36 e contabilizada a Apropriação Proporcional Patrimonial - APP normalmente. (4) O Consórcio da região de **Senhor do Bonfim** apresentou Patrimônio Líquido negativo. Em função disso, foi contabilizada uma Provisão para Perdas no valor de R\$ 3.208.653,93. Após o fechamento da contabilidade verificou-se que o valor que deveria ter sido contabilizado era de R\$ 255.299,55. Esse valor foi corrigido em 2021.

O estado ainda participa no Consórcio Estadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste, o Consórcio Nordeste. Nesse caso, como só participam estados, o rateio foi estabelecido envolvendo a população (50%), o PIB *per capita* relativo (30%) e uma parte igualitária (20%). A partir desses critérios, o estado da Bahia participa com **19,04%** aproximadamente. A tabela seguinte apresenta os seus números da Avaliação Proporcional Patrimonial para esse consórcio no estado da Bahia:

**TABELA 14 - PARTICIPAÇÕES EM CONSÓRCIOS PÚBLICOS  
AVALIADOS PELO MÉTODO DA APROPRIAÇÃO PROPORCIONAL PATRIMONIAL**

R\$1

Consórcio Público	Participação do Estado (%) (a)	Patrimônio Líquido (PL) (b)
Consórcio estadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - <b>Consórcio Nordeste</b>	19,04077	62.747.844
<b>TOTAL</b>		<b>62.747.844</b>

Consórcio Público	Valor da Apropriação Proporcional Patrimonial (R\$) c) = (b)*(a)%	Valor Contábil da Participação (d)
Consórcio estadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - <b>Consórcio Nordeste</b>	11.947.190	14.363.132
<b>TOTAL</b>	<b>11.947.190</b>	<b>14.363.132</b>

Consórcio Público	Resultado Positivo / (Negativo) da Apropriação (e) = (c) - (d)	Provisão para Perdas na Participação
Consórcio estadual de Desenvolvimento Sustentável do Nordeste - <b>Consórcio Nordeste</b>	-2.415.942	-
<b>TOTAL</b>	<b>-2.415.942</b>	<b>-</b>

Fonte: FIPLAN e Consórcios Nordeste. (1) Patrimônio Líquido do Consórcio Nordeste com base no Balanço de 31/10/2020.

## PANDEMIA COVID-19 – ASPECTOS LEGAIS, ECONÔMICOS, FINANCEIROS E FISCAIS

Em 18 de março de 2020, por meio do Decreto nº 19.549, foi declarada situação de emergência em todo o território baiano em virtude do desastre classificado e codificado como Doença Infecciosa Viral – Cobrade 1.5.1.1.0, conforme a Instrução Normativa do Ministério da Integração Nacional nº 2, de 20 de dezembro de 2016, para fins de prevenção e enfrentamento à Covid-19. Com isso, a economia baiana foi parcialmente paralisada com o fechamento de empresas, escolas e postos de trabalho.

Essa situação refletiu-se diretamente na arrecadação de tributos e no aumento das despesas, notadamente, de Saúde e Assistência Social. Em detalhes, as despesas extras de Saúde com Covid-19, no exercício de 2020, alcançou o valor de R\$ 1,25 bilhão, sem considerar os valores decorrentes dos programas sociais e os efeitos financeiros decorrentes da pandemia. A arrecadação do ICMS, por sua vez, reduziu em R\$ 1,09 bilhão nos meses de abril a dezembro de 2020, em relação a 2019, considerando a atualização do valor arrecadado em 2019 pelo IPCA acumulado do ano de 2020.

### CONCLUSÃO:

Os relatórios constantes da presente prestação de contas demonstram que o estado da Bahia – apesar da crise que atinge a economia nacional e afeta suas receitas de forma negativa, agravada em 2020 pelo cenário de pandemia – tem cumprido todos os indicadores constitucionais, os da Lei de Responsabilidade Fiscal e os do Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal – PAF; tem mantido o equilíbrio fiscal e continua firme no seu propósito de reduzir as desigualdades, criar oportunidades para todos e cuidar do bem-estar social.

**Governador**  
RUI COSTA

**Secretário da Fazenda**  
MANOEL VITÓRIO DA SILVA FILHO

**Subsecretário da Fazenda**  
JOÃO BATISTA ASLAN RIBEIRO

**Chefe de Gabinete**  
ADRIANO TADEU OLIVEIRA GUEDES CHAGAS

**Superintendente de Administração Financeira**  
ANTÔNIO HUMBERTO NOVAIS DE PAULA

**Coordenadora de Desenvolvimento  
de Sistemas Corporativos da Área Financeira**  
ELVIRA CANDIDA CERDEIRA SILVA

**Coordenador Geral de Planejamento,  
Acompanhamento e Controle Financeiro**  
ROBERVAL LOPES LIMA (até 02/07/2020)  
ILAN NOGUEIRA DE OLIVEIRA SANTANA

**Diretor do Tesouro**  
MURILO CARNEIRO DA COSTA

**Diretor da Contabilidade Aplicada ao Setor Público**  
MANUEL ROQUE DOS SANTOS FILHO  
CRC-BA 18.358/0-5



SECRETARIA  
DA FAZENDA

#### Ficha Catalográfica

Bahia. Governo do Estado.  
B115p. Prestação de Contas Anual Simplificada 2020 / Organizador, Manuel  
Roque dos Santos Filho; equipe técnica, Angela Aslan Ribeiro Brito... [et al.].  
Salvador: Secretaria da Fazenda do Estado da Bahia, 2021.  
94p. : il. Color.  
Título anterior: Prestação de Contas Anual Simplificada 2019.  
1. Administração pública - Prestação de contas - Bahia.  
I. Bahia. Secretaria da Fazenda. II. Título  
CDD 351  
CDU 35

Elaboração da Ficha Catalográfica: Coordenador da Biblioteca UCS/SEFAZ- Jean Bezerra.

## EQUIPE TÉCNICA

André Luiz Souza Aguiar  
Angela Aslan Ribeiro Brito  
Caio Márcio Ferreira Greve  
Camille Galvão de Moura Bouzas  
Carina Ramos Santos  
Cecília Queiroz Vasconcelos Gouvea  
Elisson Santos de Carvalho  
Erickson Sodré Afonso  
Felipe Moreira Caland Bastos  
Gélio da Silva Figueiredo  
George Wander de Albuquerque Rodrigues  
Guilherme Teixeira Rocha  
Ilan Nogueira de Oliveira Santana  
Ionara Falcão Modesto  
Itamar Araújo Gomes Junior  
Jane Pereira de Santana  
Jorge José Vieira da Silva  
Laine Costa Correia Lima  
Leila Rosana Passos da Silva  
Manuel Roque dos Santos Filho (Coordenador)  
Marcos Eduardo Almeida de Amorim  
Otávio Antônio Nunes West  
Pedro José Soares de Araújo  
Raimundo Gibernon de Almeida  
Renato Cruz da Mata  
Rita de Cássia Silva Menezes  
Tereza Neuman Almeida Fonseca Portugal  
Wellington das Virgens Correia Junior

### Equipe Editorial

**Projeto gráfico, editoração e capa**  
André Portugal e Marcelo Portugal / P55 Edição

**Revisão ortográfica**  
Renata Monken Siqueira

**Impressão e acabamento**  
Empresa Gráfica da Bahia





### **Missão da SEFAZ:**

Prover e administrar os recursos financeiros para viabilizar as políticas públicas do estado e orientar o cidadão quanto à importância do pagamento dos tributos e do controle da aplicação dos recursos públicos.



**GOVERNO  
DO ESTADO**

SECRETARIA  
DA FAZENDA